



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cartilhas de Pastoral Social

nº 01

O QUE É

PASTORAL SOCIAL ?



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

INDICE

Apresentação.....	??
Introdução.....	??
Capítulo 01 – O que é a dimensão sócio-transformadora da CNBB?...	??
Capítulo 02 – O que é a Pastoral Social?.....	??
Capítulo 03 – Qual o Objetivo Geral da Pastoral Social?.....	??
Capítulo 04 – Como se estrutura a Pastoral Social?.....	??
Capítulo 05 – Como surgem as Pastorais Sociais?.....	??
Capítulo 06 – Como organizar a Pastoral Social?.....	??
Capítulo 07 – Como se integram entre si as Pastorais Sociais?.....	??
Capítulo 08 – Quais os fundamentos e fontes de espiritualidade da Pastoral Social?.....	??
Capítulo 09 – Quais as principais atividades da Pastoral Social?.....	??
Capítulo 10 – Quais as lições da década de 1990?.....	??
Capítulo 11 – Quais as perspectivas para os próximos anos?.....	??
Conclusão.....	??



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

APRESENTAÇÃO

A cartilha - **O QUE É PASTORAL SOCIAL?** – constitui o resultado de uma reflexão que visa aprofundar os rumos da Pastoral Social na dimensão sócio-transformadora, linha 6, da ação evangelizadora da Igreja no Brasil. Trata-se de um fruto que amadureceu lentamente, trabalho de muitas mãos e muitas cabeças. Publicada pelo Setor Pastoral Social da CNBB, ela contou, direta ou indiretamente, com os esforços de outras pastorais e dimensões da CNBB, das demais Igrejas do CONIC, como também de numerosas entidades e movimentos da sociedade civil.

Tal soma de esforços, durante a década de 90, por exemplo, tornou possível a realização das Semanas Sociais Brasileiras, do Grito dos Excluídos, da Campanha Jubileu Sul em torno da Dívida Externa, a qual conduziu ao Simpósio, ao Tribunal e ao Plebiscito (cfr. Capítulo 9). Podemos dizer que o I Encontro Nacional da Pastoral Social, realizado na cidade de São Paulo em outubro de 2000, representou um ponto de partida e um ponto de chegada da reflexão que acompanha estas páginas.

A cartilha está organizada da seguinte forma: nos primeiros capítulos procuramos traçar alguns elementos da realidade brasileira (c.1), responder à pergunta do título (c.2 e 3), esclarecer como surge e qual o rosto de cada pastoral e organismo (c.4 e 5), indicar sugestões de como começar um trabalho no campo social (c.6) e mostrar a articulação das atividades (c.7). Em seguida, busca-se iluminar a realidade e a prática, aprofundando as bases bíblico-teológicas de uma ação sócio-transformadora (c.8). Por fim, os últimos capítulos apontam atividades, pistas e perspectivas de atuação concreta (c.9 a 12).

O subsídio quer ser um *instrumento pedagógico* destinado às pastorais e organismos do Setor Pastoral Social, bem como às dioceses, paróquias e comunidades que desejam iniciar e/ou fortalecer um trabalho no campo da ação social e política. O objetivo é tornar mais eficaz e incisiva esta ação, iluminada pela Palavra de Deus, pela prática de Jesus Cristo, pela Doutrina Social da Igreja e pela experiência pastoral de nossa caminhada.

Com a cartilha, o Setor Pastoral Social pretende fornecer pistas aos que atuam no campo tão vivo e complexo das mudanças sociais e políticas, sem esquecer, entretanto, que o mais importante é a criatividade e a espontaneidade de cada um no seu compromisso cristão. Como *instrumento*, o material incentiva mas não substitui outros subsídios adaptados a cada região e a cada realidade específica.

Dom Jacyr Francisco Braido

Bispo de Santos/SP

Responsável pelo Setor Pastoral Social/CNBB



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

O que é Pastoral Social?

Introdução

O objetivo central desta cartilha é responder algumas perguntas sobre as Pastorais Sociais, vinculadas ao Setor Pastoral Social da CNBB. As Pastorais são onze: da terra, operária, da criança, do menor, da saúde, carcerária, do povo da rua, dos pescadores, dos migrantes, da mulher marginalizada e dos nômades. Além delas, o Setor responde também por três organismos: Cáritas Brasileira, Ibrades e Ceris. Mais adiante, no capítulo quatro, apresentamos a estrutura geral deste Setor

A cartilha destina-se especialmente a agentes de pastoral e lideranças que trabalham no campo das transformações sociais e políticas. No caminho das Pastorais Sociais surgem muitas interrogações a respeito da identidade, objetivos e metas de seu trabalho cotidiano. A mesma coisa ocorre no Setor Pastoral Social. As perguntas são muitas, as dúvidas também. Eis algumas. Como garantir um espaço de intercâmbio entre pastorais e organismos? Como ampliar a integração e articulação entre eles? Como combinar a pluralidade das ações específicas com a unidade do Setor? Como começar um trabalho a partir de uma determinada Pastoral Social? E nas dioceses, paróquias e comunidades, como desenvolver a ação social?

Nas páginas que seguem, tentamos desenvolver alguns elementos de ordem pastoral que possam trazer algumas luzes. Evidente que o I Encontro Nacional da Pastoral Social, realizado em outubro de 2000, já indicou algumas pistas. Aqui o acento recai sobre os fundamentos de caráter bíblico-pastoral que sustentam a dimensão sócio-transformadora e a ação social da Igreja.

Na busca de respostas à pergunta do título, a qual, vale lembrar, permanece sempre aberta a novas contribuições, num processo participativo de mutirão, traçamos aqui uma espécie de *marco referencial* para quem atua no campo da Pastoral Social. *Marco referencial* que combina princípios gerais, como por exemplo o compromisso da justiça, com descobertas cotidianas e locais de colocá-los em prática.

O texto subdivide-se em 11 capítulos, os quais tentam elucidar aspectos relevantes da Pastoral Social. Procuram dar conta, além disso, de sua inserção no conjunto da ação evangelizadora da Igreja no Brasil. Como pano de fundo, temos a carta apostólica *Novo Millennio Ineunte*, as Diretrizes Gerais da CNBB, o Plano Bienal, as seis dimensões da ação evangelizadora da Igreja, as quatro exigências evangélicas e o Projeto Ser Igreja no Novo Milênio.

1. O que é a Dimensão Sócio-transformadora da CNBB?

Para responder a esta pergunta, podemos começar com dois exemplos. Um tirado do Evangelho, outro de um provérbio chinês. Sobre o primeiro exemplo convido a abrir o Evangelho em Mt 9,35-38, texto que, segundo a Edição Pastoral da Bíblia, constitui um resumo das atividades de Jesus.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Diz o texto que Jesus “percorria todas as cidades e aldeias”. No caminho, encontrava as “multidões cansadas e abatidas, como ovelhas sem pastor”. Diante delas, Jesus sentia “compaixão”.

Aqui está o espírito de toda a ação social. Hoje, como no tempo de Jesus, as multidões dos pobres encontram-se “cansadas e abatidas”. *Cansadas* de tantas promessas não cumpridas, de tanta corrupção e de tanto lutar em vão; *abatidas* pelo peso da exclusão e da miséria, da fome e da doença, do abandono e do descaso. Hoje, como ontem, a injustiça e a desigualdade social gera milhares de empobrecidos que se tornam excluídos, quando não exterminados. Geram, ainda, desemprego, violência, dependência química, prostituição, racismo e destruição do meio ambiente. Esta situação atinge todo planeta, porém, de forma mais brutal os países subdesenvolvidos.

Nesse contexto social, o que significa a compaixão? Palavra composta de outras duas: com-paixão. Estar *com* na *paixão* do outro, na cruz do seu sofrimento. Sentir a dor do outro e, juntos, buscar soluções alternativas. Estar com, não significa dar coisas, mas dar-se. Dar o próprio tempo, colocar-se à disposição. Em síntese, significa caminhar junto com aquele que sofre. Assumir sua dor e tentar encontrar saídas para superar os momentos difíceis.

Vamos agora ao segundo exemplo. Diz um provérbio chinês que perguntaram a determinada mulher a qual dos filhos ela mais amava. Ela, como mãe, respondeu: ao mais triste até que sorria, ao mais doente até que saia, ao mais distante até que volte, ao mais pequeno até que cresça.

Combinando os dois exemplos, podemos dizer que Deus tem nome de Pai e coração de Mãe. O amor de Deus se estende a todos seus filhos e filhas. Todos e todas têm lugar em seu coração misericordioso e compassivo. Mas esse mesmo coração tem uma predileção especial pelos que sofrem. Aqueles que, por circunstâncias várias, encontram-se debilitados e abandonados terão um lugar especial no coração do pai e da mãe. Assim, as multidões “cansadas e abatidas” do Evangelho, como também a “ovelha perdida”, terão preferência no Reino de Deus.

“Os últimos serão os primeiros” diz Jesus. Onde a vida encontra-se mais ameaçada, é aí que a presença de Deus adquire significação mais profunda. Pai e Mãe voltam seu rosto, antes de tudo, para aqueles que, pelos motivos mais diversos, se vêm fragilizados e impossibilitados de seguir viagem.

Alguns elementos da realidade brasileira.

Para desvendar o rosto das “multidões cansadas e abatidas” é necessário buscar a causas da pobreza e da exclusão social. Não pretendemos aqui fazer uma análise exaustiva da situação social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira. Apenas queremos alertar para a necessidade de uma leitura atualizada da situação em que vivemos. A ação pastoral se dá a partir de um determinado contexto histórico preciso e localizado no tempo.

A ação pastoral, qualquer que seja, exige uma constante análise da realidade social, no sentido de buscar respostas concretas a seus desafios. Temos de caminhar com os pés no chão e os ouvidos atentos aos clamores do povo. Não podemos fechar os olhos e cruzar os braços diante das injustiças e desigualdades. Assim, do ponto de vista metodológico, a prática evangélica começa com uma leitura dos fatos e da conjuntura a partir dos pobres.

Trata-se, no fundo, de aplicar o tradicional método VER-JULGAR-AGIR. O texto desta cartilha, embora de forma implícita, segue esse esquema. A título de exemplo, podemos olhar



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

a realidade brasileira num determinado momento histórico. Essa análise, entretanto, deve ser sempre revista e atualizada.

“O paradoxo brasileiro: indicadores sociais melhoram, concentração de renda não cai”
(*Jornal O Globo*)

“IBGE: década do Real não mudou a desigualdade econômica do país” (*J. do Brasil*)

“País termina anos 90 tão desigual como começou” (*Folha de São Paulo*)

As manchetes acima, de 05 de abril de 2001, espelham a situação sócio-política e econômica do Brasil. Todas comentam uma pesquisa do IBGE, feita entre 1992 e 1999, sobre a Síntese dos Indicadores Sociais relativa aos anos 90. O resultado é evidente: ao mesmo tempo que o crescimento econômico se mantém durante a década, aprofunda-se o abismo entre a minoria mais rica e a maioria mais pobre.

O que explica essa contradição? Entre as causas do paradoxo, destacamos alguns fatores fundamentais:

- a) *Efeitos perversos da economia neoliberal globalizada.* A disputa cerrada pela produção e pelo mercado mundial, aliada à hegemonia dos Estados Unidos, condenam à exclusão social amplos setores da população, países inteiros e até continentes, como por exemplo, a África. A riqueza aumenta, mas a exclusão social cresce.
- b) *Financeirização da economia.* Ao invés de produzir, investe-se cada vez mais no mercado financeiro nacional e internacional. Ao lado disso, grande volume de recursos é desviado da área social para cobrir os compromissos com os credores internacionais, liderados pelo FMI e Banco Mundial. Em consequência, as dívidas sociais se aprofundam na proporção direta do endividamento externo. Os ajustes para pagamento dos juros e serviços da dívida sempre sacrificam as políticas públicas. A administração e o próprio orçamento dos países pobres estão subordinados aos mega-investidores. Os governos terminam sendo cúmplices ou reféns da ciranda financeira. Ficam comprometidas, simultaneamente, a soberania da nação e a qualidade de vida do povo. O capital “volátil, virtual ou andorinha” desconhece fronteiras e desconhece, igualmente, as necessidades reais e urgentes das populações empobrecidas.
- c) *Concentração de renda.* As riquezas que permanecem no país se acumulam nas mãos de uma elite cada vez mais rica, ligada especialmente ao setor financeiro e agrário. Concentram-se, igualmente, a terra e o poder. Acirra-se a desigualdade entre as camadas, num verdadeiro “apartheid social”. Isso, no Brasil, explica o caráter retrógrado e obtuso dos super ricos. Sabemos que, em termos de distribuição de renda, o país ocupa um dos piores lugares no ranking mundial.
- d) *A corrupção e mau uso dos recursos públicos.* Historicamente, o Brasil carrega uma herança que poderia ser chamada de “cultura da corrupção”, a qual permeia grande parte dos poderes da República e de não poucas instituições. Utilizando a intuição histórica de Gilberto Freire, no Brasil não há propriamente direitos adquiridos. Subsistem os privilégios para a *Casa Grande* e, para a *Senzala*, favores e chibata. Ocorre que os favores dependem do humor do patrão.
- e) *As novas tecnologias e a precarização do trabalho.* Com a revolução da informática, são cada vez mais raros os empregos estáveis. Formas de trabalho precárias e primitivas se multiplicam, tais como trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho temporário, trabalho



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

doméstico, trabalho informal, trabalho feminino com remuneração inferior. Aqui também a desigualdade é evidente: de um lado, uma pequena minoria de trabalhadores altamente capacitados e bem pagos, adaptados às exigências das mudanças tecnológicas, de outro, uma imensa maioria relegada ao subemprego ou desemprego. Daí o aumento da mobilidade dos trabalhadores, num vaivém sem fim atrás das parcas migalhas da sobrevivência.

- f) *O êxodo rural em massa.* Nas últimas três décadas, aproximadamente 40 milhões de brasileiros trocaram o campo pela cidade. Segundo o censo de 2001, do IBGE, a população urbana hoje é de 81,4%. Evidente que a realidade urbana traz desafios novos à pastoral, os quais requerem mudanças profundas. Esta nova mentalidade questiona, por exemplo, a linguagem, a metodologia e a eclesiologia da Igreja. Além da urbanização acelerada, o censo aponta os lugares onde a população mais cresce: áreas litorâneas, cidades médias do interior, a zona urbana da região norte do país e o entorno do Distrito Federal. Esse novo rosto da geografia humana, onde a mobilidade humana é cada vez mais acentuada, exige também ele novas respostas evangélicas.

Combinados, os fatores acima imprimem sobre a sociedade brasileira uma marca de exclusão social crescente. As conseqüências são visíveis a olho nu: precariedade ou inexistência dos serviços e das políticas públicas, desemprego em massa, déficit habitacional, falta de uma reforma agrária e agrícola e conseqüente êxodo rural, violência generalizada no campo e na cidade. Esta é hoje a cara do país real.

Semelhante cenário - agravamento da pobreza e da miséria por um lado, e corrupção por outro - "corrói as bases da democracia, gera um clima de instabilidade política e aumenta a insegurança", como lembra a nota da Presidência e CEP da CNBB, março/2001.

Vale sublinhar uma constatação da análise de conjuntura da mesma reunião da Presidência e CEP: "uma das faces mais sórdidas da violência é o aumento de pessoas vivendo nas ruas, nos lixões e debaixo de pontes e viadutos. Entre eles, cresce o percentual de mulheres, de jovens e crianças e de famílias inteiras".

Valem, ainda, as palavras de João Paulo II na carta apostólica *Novo Millennio Ineunte*, as quais se aplicam tão bem ao Brasil: "O nosso mundo começa o novo milênio carregado com as contradições de um crescimento econômico, cultural e tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades e deixa milhões e milhões de pessoas não só à margem do progresso, mas a braços com condições de vida muito inferiores ao mínimo que é devido à dignidade humana". E o Papa – como todos nós – se pergunta: "como é possível que ainda haja, no nosso tempo, quem, morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde se abrigar?" (NMI, nº 50).

2. O que é a Pastoral Social?

Convém precisar, de início, o sentido das seguintes expressões que iremos utilizar daqui para a frente: Pastoral Social, Pastorais Sociais e Setor Pastoral Social. Embora correlatas, elas têm significados distintos. Entendemos por *Pastoral Social*, no singular, a solicitude de toda a Igreja para com as questões sociais. Trata-se de uma sensibilidade que deve estar presente em cada diocese, paróquia comunidade; em cada dimensão, setor e pastoral; na catequese, na liturgia e nas iniciativas ecumênicas; enfim, deve estar presente nas



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

comunidades eclesiais de base, nos movimentos... Em outras palavras, deve ser preocupação inerente a toda ação evangelizadora. *Pastorais Sociais*, no plural, são serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como, por exemplo, a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante. O *Setor Pastoral Social*, por sua vez, integrado na dimensão sócio-transformadora, linha 6 da CNBB, tem duplo caráter: por um lado, representa uma referência para toda a ação social da Igreja, em termos de assessoria, elaboração de subsídios e reflexão teórica. Por outro lado, é um espaço de articulação das Pastorais Sociais e Organismos que desenvolvem ações específicas no campo sócio-político.

Dentro da dimensão sócio-transformadora, é função da Pastoral Social procurar respostas para esse tipo de situação. Isto significa que as respostas não estão prontas. Não há receitas acabadas. Em cada momento e em cada local, é preciso iniciar um processo em que o maior número de pessoas se envolvam na busca de soluções concretas. A partir da conscientização, da organização e da mobilização, abrem-se caminhos alternativos. O importante é chamar a atenção da Igreja e da sociedade para esse quadro de injustiças cada vez mais grave. Importante também, como veremos adiante, envolver o maior número de atores sociais e de parceiros na luta pela transformação social.

A Pastoral Social tem como finalidade concretizar em ações sociais e específicas a solicitude da Igreja diante de situações reais de marginalização. Logo mais, no capítulo 6, apresentamos algumas indicações práticas de como organizar a ação social na Igreja: dioceses, paróquias e comunidades. No momento, queremos alertar para a tarefa de identificar, entre os filhos e filhas de Deus, os rostos mais sofridos, com vistas a dedicar-lhes uma solicitude pastoral específica.

Os textos bíblicos destacam em suas páginas alguns rostos que têm a predileção do amor de Deus. No Antigo Testamento sobressaem “o órfão, a viúva e o estrangeiro”. No livro do Êxodo, Deus “vê, ouve e sente” o clamor dos oprimidos escravizados no Egito (Ex 3,7-10). Os profetas não se cansam de chamar a atenção sobre o direito e a justiça para com os pobres.

Nos Evangelhos, novos rostos desfilam diante de nós. Frequentes vezes Jesus enumera uma lista em que descreve aqueles que se encontram mais perto do carinho do Pai. Exemplos: o texto do juízo final, em Mt 25, 31ss; as bem-aventuranças, em Mt 5, 1-12; o programa de Jesus, em Lc 4,16-20 o episódio do Bom Samaritano, em Lc 10,25-35. Por outro lado, os doentes, as mulheres marginalizadas, os pequenos e fracos, as crianças, enfim, uma multidão de gente ferida disputa espaço aos pés do Mestre.

Os Atos dos Apóstolos, as Cartas e o Apocalipse revelam igualmente a atenção das primeiras comunidades para com os pobres. Desde cedo, os cristãos se organizam para suprir as necessidades básicas de seus irmãos. Como mostra São Pedro em sua primeira carta, as comunidades eram “uma casa para quem não tinha lar”.

Uma rápida olhada pelos escritos dos Santos Padres dos primeiros séculos da era cristã e pelos documentos da Doutrina Social da Igreja nos revelará, por sua vez, uma preocupação constante com os setores mais pobres da sociedade. A título de exemplo, no capítulo 8



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

retomaremos o documento de Puebla, em que os bispos enumeram uma série de feições marcadas pelo sofrimento de séculos. Rostos caros à Pastoral Social no seu conjunto.

São rostos anônimos, os quais, em função do trabalho pastoral, vão recuperando o nome e a história na medida em que são assumidos com amor, pois o amor, diante de um ser humano à margem da vida, é capaz de fazer alguém capaz também de amar e viver!

Neste sentido, a Pastoral social procura integrar em suas atividades a fé e o compromisso social, a oração e a ação, a religião e a prática do dia a dia, a ética e a política. Aqui é preciso superar as dicotomias entre “os que só rezam” e “os que só lutam”, “os que louvam e celebram” e “os que fazem política”. Na verdade, a verdadeira fé desdobra-se naturalmente em compromisso diante dos pobres. A ação social é condição indispensável da vivência cristã. O compromisso sócio-político não é um apêndice da fé. Ao contrário, faz parte inerente de suas exigências. A fé cristã tem, necessariamente, uma dimensão social. Não é isso o que nos ensina o episódio do Bom Samaritano? Ou seja, entrar ou não entrar na vida eterna é uma alternativa que está condicionada à atitude frente ao irmão caído e ferido na beira da estrada. Tal condição se torna ainda mais clara no texto do Juízo Final: “Vinde benditos de meu Pai, porque estava com fome e me deste de comer...”.

Evidente que a Pastoral Social não tem o monopólio da transformação social e da busca de alternativas. Outras pastorais e dimensões da Igreja também trabalham na mesma direção. Mas, no caso da Pastoral Social, essa é sua missão específica, intransferível. É a razão de sua existência. Constitui sua identidade. Vale sublinhar, ainda, que sequer a Igreja detém semelhante monopólio. Outras Igrejas, cristãs ou não, preocupam-se pela transformação das estruturas injustas da sociedade. O mesmo se pode dizer de inúmeras e variadas instituições civis, entidades, movimentos sociais, organizações de base, associações, pessoas, enfim, milhares de iniciativas em curso. O Reino de Deus, como sabemos, ultrapassa as fronteiras da Igreja e exige fé e pé na caminhada.

Em correspondência com as quatro exigências evangélicas da ação da Igreja no Brasil, quatro palavras-chave poderiam resumir o Objetivo Geral da Pastoral Social. Trata-se de proclamar a Boa Nova do Evangelho entre os mais pobres, através de uma presença, de um alerta, de uma ação social e de uma articulação-parceria.

Na contramão das estruturas sociais injustas, o povo se mobiliza. Movimentos sociais, pastorais, organizações de base, entidades, ONG's, associações populares são, entre outros, protagonistas de um novo tempo. Diferentes atores que procuram, em parceria, abrir caminhos alternativos para o país. Contribuem também com a construção conjunta de uma nova ordem mundial, alicerçada em fundamentos éticos. É a luta dos peixes na piracema, lutando contra a corrente. Somente serão capazes de gerar vida nova se forem capazes de navegar rio acima. Caso contrário, a corrente os arrastará para o oceano como corpos inertes e estéreis. O trabalho pastoral junto aos pobres e excluídos requer uma verdadeira *espiritualidade de piracema*. Veremos isso em detalhe no capítulo 8.

3. Qual o Objetivo Geral da Pastoral Social?

A Pastoral Social integra, junto com outros setores, a dimensão sócio-transformadora da ação evangelizadora da Igreja no Brasil. A partir da expressão acima, entende-se que o Objetivo Geral dessa dimensão seja “contribuir, à luz da Palavra de Deus e da Diretrizes



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Gerais da CNBB, para a transformação dos corações e das estruturas da sociedade em que vivemos, em vista da construção de uma nova sociedade, o Reino de Deus”. A Pastoral Social, por sua vez, tem como objetivo desenvolver atividades concretas que viabilizem essa transformação em situações específicas, tais como o mundo do trabalho, a realidade das ruas, o campo da mobilidade humana, os presídios, as situações de marginalização da mulher, dos trabalhadores rurais, dos pescadores, e assim por diante.

Parte-se do pressuposto de que nossa sociedade assenta-se sobre estruturas injustas e pecaminosas, como nos alertam os documentos do episcopado latino-americano nas assembléias de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), referindo-se à violência institucionalizada e a outras expressões de igual teor. Daí a necessidade de trabalhar por sua transformação e, por outro lado, buscar alternativas na construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna.

Neste sentido, a Pastoral social procura integrar em suas atividades a fé e o compromisso social, a oração e a ação, a religião e a prática do dia a dia, a ética e a política. Aqui é preciso superar as dicotomias entre “os que só rezam” e “os que só lutam”, “os que louvam e celebram” e “os que fazem política”. Na verdade, a verdadeira fé desdobra-se naturalmente em compromisso diante dos pobres. A ação social é condição indispensável da vivência cristã. O compromisso sócio-político não é um apêndice da fé. Ao contrário, faz parte inerente de suas exigências. A fé cristã tem, necessariamente, uma dimensão social. Não é isso o que nos ensina o episódio do Bom Samaritano? Ou seja, entrar ou não entrar na vida eterna é uma alternativa que está condicionada à atitude frente ao irmão caído e ferido na beira da estrada. Tal condição se torna ainda mais clara no texto do Juízo Final: “Vinde benditos de meu Pai, porque estava com fome e me deste de comer...”.

Evidente que a Pastoral Social não tem o monopólio da transformação social e da busca de alternativas. Outras pastorais e dimensões da Igreja também trabalham na mesma direção. Mas, no caso da Pastoral Social, essa é sua missão específica, intransferível. É a razão de sua existência. Constitui sua identidade. Vale sublinhar, ainda, que sequer a Igreja detém semelhante monopólio. Outras Igrejas, cristãs ou não, preocupam-se pela transformação das estruturas injustas da sociedade. O mesmo se pode dizer de inúmeras e variadas instituições civis, entidades, movimentos sociais, organizações de base, associações, pessoas, enfim, milhares de iniciativas em curso. O Reino de Deus, como sabemos, ultrapassa as fronteiras da Igreja e exige fé e pé na caminhada.

Em correspondência com as quatro exigências evangélicas da ação da Igreja no Brasil, quatro palavras-chave poderiam resumir o Objetivo Geral da Pastoral Social. Trata-se de proclamar a Boa Nova do Evangelho entre os mais pobres, através de uma presença, de um alerta, de uma ação social e de uma articulação-parceria.

- a) uma *presença* (testemunho) junto aos setores mais marginalizados da população, aos porões da sociedade, aos “infernos” do sofrimento humano;
- b) um *alerta* (denúncia e anúncio) à Igreja e à sociedade civil sobre a existência desses submundos, alerta que é uma espécie de antena permanentemente sintonizada com o clamor dos oprimidos;
- c) uma *ação social* (serviço) que multiplica atividades de conscientização, organização e transformação, as quais levam à conversão pessoal, por um lado, e a mudanças concretas de ordem social, econômica e política, por outro;
- d) uma *articulação-parceria* (diálogo) com as demais igrejas, cristãs e não cristãs, e com as forças vivas que contribuem para transformar a sociedade em que vivemos.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Nos capítulos 9 e 10, veremos, mais concretamente, como tais objetivos se concretizaram na última década e que lições trouxeram para o conjunto das Pastorais Sociais. Agora, é interessante localizar o Setor Pastoral Social no organograma da CNBB.

4. Como se estrutura a Pastoral Social?

Esta pergunta nos leva à estrutura de toda a ação evangelizadora da Igreja no Brasil. Sabemos que essa ação, segundo o organograma da CNBB, subdivide-se em seis dimensões e quadro exigências evangélicas. As dimensões são: primeira, comunitária e participativa; segunda, missionária; terceira, bíblico-catequética; quarta, litúrgica; quinta, ecumênica e de diálogo religioso; e sexta, sócio-transformadora. E as exigências: anúncio, testemunho, diálogo e serviço.

Evidente que toda evangelização deve ser perpassada por todas as dimensões e exigências. A dimensão ou a exigência representa a porta de entrada para os setores específicos, o enfoque a partir do qual desenvolvem sua ação concreta. Mas tanto as dimensões como as exigências se interpenetram, se complementam e se enriquecem reciprocamente.

O Setor Pastoral Social integra a dimensão sócio-transformadora, a chamada linha 6, e tem no serviço sua exigência predominante. Claro que esta dimensão e exigência se interligam entre si, ao mesmo tempo que se complementam com as demais dimensões e exigências. A palavra dimensão, pelo seu dinamismo, dá conta dessa complementariedade. Quanto às exigências, as quatro se interpenetram e se misturam na ação evangelizadora, sendo difícil individualizá-las. A rigor, qualquer ação deve incluir todas as exigências e dimensões, mas conferir relevância a alguma delas.

A dimensão sócio-transformadora, por sua vez, é formada pelos seguintes setores: Pastoral Social, Educação, Comunicação Social, Ensino Religioso, Pastoral Universitária, Pastoral da Cultura e Pastoral Afro-brasileira

O Setor Pastoral Social reúne sob sua articulação onze pastorais e três organismos.

As Pastorais Sociais são as seguintes:

PASTORAL OPERÁRIA

As mudanças no mundo atual atingem dramaticamente aos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais excluídos e excluídos do mundo do trabalho e dos bens socialmente produzidos.

A **Pastoral Operária** participa e contribui neste campo a partir da exigência de sua Fé Cristã. É esta Fé que irá influir na sua forma de abordagem, na sua postura e na sua metodologia dentro do mundo do trabalho, no qual se situa sua identidade e sua mística. É uma pastoral com um olhar e um agir que contribui para a construção de um projeto alternativo de sociedade, o qual será obra das trabalhadoras e trabalhadores, onde ela cumpre a missão Evangélica de ser sal e fermento. Para isto, a PO estimula os trabalhadores e trabalhadoras, dentro e fora da Igreja, a participarem no movimento social e nas mais variadas e legítimas formas de organização.

Neste momento, seu compromisso impõe a necessidade de contribuir para a existência de um amplo movimento dos trabalhadores e trabalhadoras e do conjunto da sociedade frente



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

às mudanças no mundo do trabalho, contra o desemprego e pelo emprego como política social, chamando à responsabilidade os setores empresariais e governamentais. Este é o eixo em torno do qual devem girar os programas, projetos e atividades das equipes e instâncias da PO em todo o Brasil, delimitando setores específicos a serem trabalhados de acordo com a região, a qualificação dos e das militantes e os recursos disponíveis.

Para realizar este eixo é preciso articular as ações concretas, imediatas, localizadas com a mobilização, organização e compromisso daqueles que se envolvem nestas ações. A PO quer contribuir de forma efetiva para a construção de uma sociedade justa, democrática, ética e plural, onde homens e mulheres sejam protagonistas. Isso implica em considerar todas as dimensões da vida humana, e os sujeitos como portadores de interesses, desejos e emoções, que estão em permanente processo de construção e reconstrução, a partir das condições objetivas socialmente estabelecidas.

A PO se assume enquanto Igreja Católica. Mantém seu vínculo de comunhão e sua justa autonomia frente às demais pastorais e frente à hierarquia. Assume a missão de levar para dentro da Igreja a preocupação e o compromisso com o mundo do trabalho. Sua atuação no interior da Igreja se caracteriza pela presença nos espaços a partir de processos dinâmicos e não simplesmente pela justeza de sua proposta. Por outro lado, a PO deseja atuar com outras igrejas cristãs priorizando o "ecumenismo de base". Procura mesmo colocar-se em diálogo com outras religiões e culturas em defesa da vida e da dignidade do trabalho.

PASTORAL DO POVO DE RUA

A Pastoral de Rua desenvolve sua missão sendo presença junto à população de rua, reconhecendo sua dignidade e descobrindo os sinais de Deus presente em sua história.

O cenário encontrado nas ruas das cidades permite encontrar um povo que luta e resiste para sobreviver. Escondidos ora em marquises e viadutos, ora em casas e prédios desocupados, os moradores de rua sofrem o estigma da exclusão social. Igual sorte cabe aos catadores de papel, que puxando pesados carrinhos andam nas ruas e lixões das cidades coletando materiais recicláveis para revender no mercado. Sem reconhecimento oficial estes homens e mulheres são contabilizados no Censo do IBGE e via de regra os poderes públicos optam pela reedição de medidas excludentes. Nas ruas sofrem as conseqüências das operações limpeza planejadas nos municípios, nos lixões trabalham sem as mínimas condições de higiene e salubridade. Para todos, é comum o preconceito social que estigmatizam suas vidas.

A partir da escuta da vida que lateja entre as ruas e lixões das cidades, os agentes da pastoral buscam facilitar o processo de transformação da realidade dos moradores de rua e dos catadores de papel e garantir processos que conduzam ao exercício da cidadania.

O compromisso solidário tecido nesta nova relação criada desenvolve ações que se pautam no reconhecimento dos direitos dessa população e na defesa da vida. Os agentes atuam animando e fortalecendo o processo organizativo, resgatando a beleza da vida, denunciando toda ação de exclusão e violência e criando com os mesmos alternativas de produção de bens e cidadania.

Várias e diferentes ações se desenvolvem junto ao povo da rua. O denominador comum no desenvolvimento do trabalho junto aos catadores de papel é a organização de associações e cooperativas que evidenciam o impacto nas dimensões sócio-econômicas e ambientais.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

A população de rua se organiza no enfrentamento da violação do cumprimento dos direitos sociais básicos, buscando alternativas e defesa principalmente no que diz respeito ao direito de morar e trabalhar.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES

O Conselho Pastoral dos Pescadores é um serviço pastoral da Igreja à categoria dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil. Desde os anos 70 trabalhavam agentes de pastoral nas praias do Nordeste e mais tarde no Norte e no Sul, nas praias como nas águas interiores, junto com esta categoria esquecida e marginalizada.

O CPP quer ser presença de gratuidade evangélica no meio dos pescadores, cultivando assim as sementes do reino que existem no meio deles. Movido pela força libertadora do Evangelho, o CPP quer colaborar com os pescadores nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações, tendo em vista a libertação integral e a construção de uma nova sociedade.

É também tarefa deste Conselho animar, formar e articular fraternalmente os que trabalham a serviço dos pescadores nesta pastoral.

Atualmente são linhas prioritárias de ação do CPP: a questão do Meio Ambiente, a conquista dos Direitos Sociais e o tema da Geração de Renda.

A presença dos agentes do CPP nas comunidades pesqueiras, nas praias, nas suas casas, nas suas festas e celebrações, nas suas reivindicações, etc. tem sido e continua sendo o fundamento de todo o trabalho do Conselho Pastoral dos pescadores.

PASTORAL DOS NÔMADES

Desenvolve a promoção humana e cristã, visando à evangelização integral e inculturada dos grupos nômades: ciganos, circenses e parquistas, promovendo o diálogo e a inserção entre sedentários e nômades. A busca da encarnação evangélica num contato direto com o ambiente nômade, evita qualquer forma de paternalismo e de dominação cultural.

Tem como objetivo principal ser presença da Igreja junto aos nômades, rezando com eles e por eles, celebrando os seus momentos mais valorizados: o nascimento, o batizado, o casamento e a morte, pois, apesar de sofrerem preconceitos e marginalização, cultivam a fé e a alegria, muito bem demonstradas pela sua hospitalidade e pelo seu modo de viver.

Segundo os nômades, “os homens nos rejeitam, a sociedade não nos acolhe, mas Deus é bom, nos ampara”. Vivendo numa pequena barraca, “de acampamento em acampamento” (Gen 12,9), numa atmosfera bastante eremítica, caminhando na ponta dos pés para não destruir as boas sementes de bonitos valores que o Verbo já esparziu ali, e assumindo uma consciência cada vez mais profunda da espiritualidade do “servo inútil” (Lc 17,10), cada agente a seu modo procura se conformar com a mensagem Daquele que “não tinha onde reclinar a cabeça” (Mt 8,20), colocando-se no picadeiro da vida como um grande malabarista, exibindo no trapézio de uma vivência religiosa seu triplo salto mortal pela fé, esperança e caridade.

Como atividades da Pastoral destacamos: estudo, pesquisa e publicações sobre a realidade e cultura dos nômades; alfabetização (90% são analfabetos por falta de uma escola itinerante); ensinamento de algum artesanato; informação à comunidade sedentária sobre sua vida e sua cultura, mostrando os valores positivos que cultivam em sua história milenar.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA

A Pastoral da Mulher Marginalizada – PMM, tem a missão profética e evangélica de contribuir e abrir espaço para que a mulher prostituída possa ser agente da sua libertação, possa articular-se com outros grupos de oprimidas (os) e outras pastorais.

A PMM busca despertar nas suas equipes em todo o país, o desejo de trabalhar com as mulheres prostituídas no sentido delas serem mais um segmento da sociedade em busca de transformação, nas questões políticas, econômicas e nas relações entre homens e mulheres. Tem determinado tempo e energia com a formação dos (as) agentes, através de aprofundamento da mística, cursos, oficinas, preparação de material formativo e informativo, buscando alianças, participando de eventos, promovendo encontros de agentes e de mulheres prostituídas, contribuindo na implantação e implementação de políticas públicas, denunciando a violência que sofrem essas mulheres, colaborando na inserção das mulheres nos movimentos populares e sociais. Também acreditamos na presença gratuita solidária, estar lá para confortá-las, abraçá-las e ouvi-las é muito importante, é uma população especial, que via de regra, nunca são confortadas, abraçadas e escutadas.

Os membros da PMM na sua prática se deparam com uma população totalmente desinformada a respeito dos seus direitos sociais. Por isso se faz necessário que, os agentes da PMM tenham também a socialização da informação como uma das condições de uma prática que contribua na construção de uma sociedade democrática, tendo como base a igualdade econômica, política e social.

PASTORAL DA CRIANÇA

Em setembro de 1983, a Pastoral da Criança iniciava suas atividades no município de Florestópolis/PR, desenvolvendo uma metodologia própria que une a fé e vida, tendo como centro a criança em seu contexto familiar e comunitário.

A missão da Pastoral da Criança é a própria missão de Jesus, que é também a missão da Igreja e de todos os cristãos, EVANGELIZAR. A Pastoral da Criança é ecumênica e não faz nenhum tipo de discriminação de cor, raça, credo religioso ou opção política. A todos leva o lema do *Bom Pastor*: “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10).

A Pastoral da Criança usa uma metodologia que conta com três grandes momentos de intercâmbio de informações que ajudam no fortalecimento da solidariedade: **1º Visitas domiciliares mensais**, realizadas pelos líderes a cada família acompanhada; **2º Dia do Peso**, quando cada comunidade se reúne para pesar as suas crianças; esse dia se transforma no momento de celebração da vida; **3º Reuniões com todos os líderes** de uma mesma comunidade para refletir e avaliar o trabalho realizado no mês anterior.

A prática da Pastoral da Criança parte da idéia de que a solução dos problemas sociais necessita da solidariedade humana, organizada e animada em rede, com objetivos definidos, e que **o principal agente de transformação são as lideranças das comunidades pobres e miseráveis, especialmente a mulher**, que transforma a sua família e a comunidade. Por isso, mais de 90% dos agentes na Pastoral da Criança são mulheres.

A experiência demonstra que a solução dos problemas sociais depende da transformação do tecido social e de políticas públicas voltadas para os mais necessitados. É uma tarefa que deve ser compartilhada entre governo, empresários e sociedade civil. Por isso,



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

as parcerias entre eles são de fundamental importância na busca da realização de um trabalho eficaz que realmente chegue às famílias e comunidades, envolvendo-as no protagonismo de sua própria transformação social.

Fazendo a união entre a fé e o compromisso social, a Pastoral da Criança organiza as comunidades em torno de um trabalho de promoção humana no combate à mortalidade infantil, à desnutrição e à marginalidade social. A Pastoral da Criança atua eficazmente **na educação para uma cultura de paz e na melhoria da qualidade de vida de mais de um milhão de famílias acompanhadas**. O trabalho essencial é a organização da comunidade e a capacitação dos líderes voluntários que ali vivem e assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas, para que elas se tornem sujeitos de sua própria transformação pessoal e social.

A base de todo o trabalho da Pastoral da Criança são a comunidade e a família. A dinâmica consiste em capacitar líderes comunitários, que residem na própria comunidade, para mobilização das famílias nos cuidados com os filhos. Em todas as comunidades atendidas, coloca-se em prática um conjunto de ações que vão daquelas voltadas para a sobrevivência e desenvolvimento integral da criança até a melhoria da qualidade de vida das famílias carentes, tanto no plano físico e material como no espiritual. Desta maneira, procura gerar igualdade de oportunidades, justiça e paz. Entre essas ações destacam-se as Ações Básicas de Saúde, Educação, Nutrição e Cidadania.

PASTORAL DO MENOR

A Pastoral do Menor tem seus inícios no ano de 1977, na Arquidiocese de São Paulo. Ela surge num quadro de intuições proféticas que se apresentavam como respostas da Igreja aos desafios das crianças e adolescentes empobrecidos e em situação de risco. A Pastoral aparece também como busca de organização dessas ações. Em 1987, com a Campanha da Fraternidade, que se baseou no lema “Quem acolhe o menor a mim acolhe”, a Igreja dá um novo impulso a esta questão e passa a exercer o serviço de forma mais comprometida.

A Pastoral do Menor é um serviço da Igreja com mística e identidade próprias que, à luz do Evangelho, se propõe a estimular um processo que visa a sensibilização, a conscientização crítica, a organização e a mobilização da sociedade como um todo na busca de uma resposta transformadora, global, unitária e integrada à situação da criança e adolescente. Tem como objetivo, em seus programas de atendimento, promover a participação dos pequenos como protagonista do processo de promoção da cidadania.

A atuação da Pastoral do Menor passa pelos Conselhos de Direitos, Tutelares, na luta por políticas públicas eficientes, com programas de abrigo, Centros Educacionais Comunitários, junto aos adolescentes em conflito com a lei, aos meninos e meninas que se encontram em situação de rua, na aprendizagem profissional, voltando-se, sempre para a orientação e apoio sócio familiar.

PASTORAL DA SAÚDE

A Pastoral da Saúde é a ação evangelizadora de todo o povo de Deus comprometido em promover, preservar, defender, cuidar e celebrar a vida, tornando presente no mundo de hoje a ação libertadora de Cristo na área da Saúde, nas seguintes dimensões:



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

1- Solidária: vivência e presença samaritana junto aos doentes e sofredores no hospital, domicílio e comunidade (portadores do vírus HIV, Aids, deficientes, drogados, alcoolizados, etc). Visa atender a pessoa na globalidade.

2- Comunitária: visa a promoção e educação para a saúde. Relaciona-se com saúde pública e saneamento básico, atuando na prevenção das doenças. Procura valorizar o conhecimento, sabedoria e religiosidade popular em relação à saúde.

3- Político-institucional: atua junto aos órgãos e instituições, públicas e privadas que prestam serviço e formam profissionais na área de saúde. Zela para que haja formação ética e uma política de saúde sadia.

OBJETIVO GERAL

Evangelizar com renovado ardor missionário o mundo da saúde, à luz da opção preferencial pelos pobres e enfermos, participando da construção de uma sociedade justa e solidária a serviço da vida.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES

O Serviço Pastoral dos Migrantes é uma pastoral social ligada ao Setor Pastoral Social da CNBB, criado como entidade em 1985.

Tem como objetivo “suscitar, articular e dinamizar a organização coletiva dos migrantes, à luz da evangelização inculturada, que os leve a ser protagonistas da história, na construção de uma sociedade justa e solidária, numa atitude de acolhida às diferenças, sinal do Reino de Deus.”

Dentre os principais desafios que o Serviço Pastoral dos Migrantes tem pela frente, destacam-se: - manter viva a esperança dos migrantes, apesar da difícil situação que enfrentam; suscitar a pastoral dos migrantes nas dioceses e paróquias onde ela não existe; despertar a igreja para a problemática das migrações; sensibilizar a sociedade sobre o fenômeno migratório e trabalhar de forma cada vez mais articulada com as demais pastorais sociais, movimentos populares e entidades que lutam pela construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna.

Como perspectiva incentiva a participação dos migrantes nas reflexões e na construção de um projeto popular para o Brasil, onde todos tenham a dignidade humana respeitada e vida em abundância.

O SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes está organizado em 17 estados do Brasil e trabalha com as seguintes categorias de migrantes: temporários ou sazonais; migrantes urbanos e com imigrantes, principalmente peruanos, bolivianos, paraguaios, chilenos e italianos.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

A CPT- Comissão Pastoral da Terra - tem como objetivo de sua ação ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra para estimular e reforçar seu protagonismo em suas lutas pela reforma agrária e agrícola e sempre na vontade de ser “fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra” engajando-se na construção do Projeto Popular para o Brasil, sinal estratégico e libertador desta hora.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Por isso a CPT

- apóia a retomada da terra por parte dos povos indígenas e comunidades negras e as ocupações dos sem terra e a resistência dos posseiros e extrativistas.
- Contesta o latifúndio, seja produtivo ou improdutivo, por ser sempre concentrador e excludente.
- Apóia a busca, captação e acesso à água, principalmente para as populações do semi-árido nordestino e a luta pela preservação dos rios e lagos das populações ribeirinhas.
- Reivindica o direito ao trabalho e à sua dignidade, contra o desemprego, a precarização das condições de trabalho, o trabalho escravo e o infantil.
- Participa ativa e organizadamente da indignação nacional contra todas as formas de Violência e impunidade e da construção de uma Justiça a serviço do povo.

O trabalho da CPT é um trabalho de base que busca priorizar a convivência fraterna com o Povo, a formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras e agentes e a memória dos mártires da terra.

PASTORAL CARCERÁRIA

A Pastoral Carcerária é a presença de Cristo e de sua Igreja no mundo dos cárceres e desenvolve todos os trabalhos que essa presença vem a exigir.

A Pastoral mantém contatos e relações de trabalho e parceria com organismo do poder executivo e do poder legislativo, com ONG's locais, nacionais e internacionais; com a OEA (Organização dos Estados Americanos); com a Anistia Internacional; com o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos); com o CDH da ONU (Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas); com ICCPC (Pastoral Carcerária Internacional) e outras entidades afins.

Objetivos gerais:

- Acompanhar os presos em todas as circunstâncias e atender suas necessidades pessoais e familiares;
- Verificar as condições de vida e sobrevivência dos presos;
- Priorizar a defesa intransigente da vida, bem como a integridade física e moral dos presos;
- Estar atenta e encaminhar as denúncias de torturas, maus-tratos, corrupção, etc, praticados contra os presos;
- Intermediar relações entre presos e familiares;

Atividades permanentes:

- Visitas aos presos, especialmente quando doentes, nas enfermarias ou nas celas de castigo ou de "seguro";
- Celebrações e encontros de reflexões (eucaristia, círculos bíblicos, novenas, CF's...);
- Atenção especial as áreas de extrema violência nas prisões;
- Sensibilização das comunidades sobre os problemas dos presos e o valor da Pastoral Carcerária;



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

- Parceria e relacionamento de trabalho com os poderes públicos e com o Ministério Público.

Os organismos são três:

IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social)

O *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento* unindo esforços a outras iniciativas, busca contribuir com a formação de uma sociedade solidária, participativa e pluralista, pela construção da cidadania e da ética, a serviço da democracia e do meio ambiente preservado para todos; ajudar a Igreja, pela leitura crítica da realidade, a estar atenta às transformações sócio-econômico-culturais e lutar pela universalização dos direitos, no espírito da proposta anual da Campanha da Fraternidade.

Propõe-se assumir o compromisso social da Igreja, utilizando como meio a formação social, política e cristã para a cidadania através de um curso longo anual e em tempo integral, no mês de julho e de cursos breves nas diversas regiões do país; pelo estudo e difusão do Ensino Social da Igreja; na ação e promoção social, com grupos e movimentos, ONGs e comunidades; na elaboração, por si ou em parceria, de subsídios e publicações e na participação em seminários e encontros de diversas naturezas.

CÁRITAS BRASILEIRA

Expressão de origem latina, *caritas* significa caridade. E é em nome da caridade libertadora que a Cáritas Brasileira vêm desenvolvendo suas ações.

Criada em 12 de novembro de 1956, a Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Sua missão é promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica libertadora, participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do Reino de Deus.

Atua com abertura ecumênica, estabelecendo parcerias com organismos nacionais e internacionais pelo resgate dos direitos humanos, fazendo parte, também, da rede Caritas Internationalis, com sede em Roma. Além disso, conta com nove Regionais, constituídos por equipes que atuam junto a entidades-membros, que são as Cáritas Diocesanas, e outras parcerias.

As ações da Cáritas Brasileira são norteadas por sete linhas prioritárias:

1. Construção e conquista de relações democráticas e de políticas públicas
2. Fortalecimento da Organização Cáritas
3. Formação de agentes para a prática da solidariedade
4. Valorização e promoção da economia popular solidária
5. Atuação em áreas de emergência naturais e sociais
6. Desenvolvimento da cultura da solidariedade
7. Convivência com o semi-árido



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais)

O Ceris tem como objetivo contribuir para que os setores mais pobres e excluídos da sociedade obtenham melhoria de suas condições de vida, através do estímulo a reflexões e práticas sociais transformadoras.

Desde sua fundação, o Ceris vem desenvolvendo inúmeras atividades, entre as quais pesquisas sociais e religiosas, coleta de informações quantitativas sobre a realidade do país e da Igreja Católica, análise, monitoramento e avaliação de experiências populares e pastorais, assessoria a movimentos sociais e eclesiais, financiamento e apoio a pequenas iniciativas.

O Ceris reúne uma equipe interdisciplinar de profissionais que procura seguir de perto os processos sociais mais dinâmicos e as novas práticas emergentes.

Existem outras pastorais afins que trabalham com situações específicas e que têm um relacionamento privilegiado com o Setor. Destacamos, por exemplo, a Pastoral da Moradia, a Pastoral Universitária, a Pastoral Afro-brasileira, a Pastoral Política e a Pastoral da Juventude. Não fazem parte orgânica do Setor, mas desenvolvem atividades sociais em comum.

E ainda outras entidades eclesiais que, embora não vinculadas diretamente ao Setor, costumam somar esforços em várias atividades de ordem mais geral. Podemos citar, entre elas, o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, com atuação junto aos índios; a Coordenação Nacional de Direitos Humanos, na luta pela integridade e dignidade de toda pessoa; e a Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Igualmente o CONIC – Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços desenvolvem atividades conjuntas com o Setor. Uma das preocupações da Pastoral Social no seu conjunto tem sido a questão do ecumenismo. A verdade mais profunda sobre o Reino de Deus não está com nenhuma denominação religiosa em particular, está no diálogo; não está aqui ou ali, está no caminho; não está no começo ou no fim da caminhada, está no meio da travessia. Daí a importância do ecumenismo cristão e do diálogo com as religiões não cristãs.

Nas atividades conjuntas do Setor, a parceria e o diálogo tem descortinado uma grande abertura para a contribuição de todas as forças dispostas à transformação sócio-política da sociedade em que vivemos, como analisaremos no capítulo 10, no item sobre parcerias.

5. Como surgem as Pastorais Sociais?

Vamos a alguns exemplos. A CPT – Comissão Pastoral da Terra surge em 1975, a partir de um encontro eclesial sobre os desafios em torno da questão agrária e agrícola e do conseqüente êxodo rural. O SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes, é constituído em 1984, estimulado por três fatores: o trabalho secular junto aos migrantes; a Campanha da Fraternidade de 1980, com o lema “*Para onde vais?*”; mas sobretudo o grande volume de migrações internas nas décadas de 1970-80.

Isto não quer dizer que o trabalho pastoral no campo e o trabalho com migrantes começaram, respectivamente em 1975 e 1984. Tanto um como outro têm mais de um século de presença da Igreja e de lutas concretas. No caso da questão fundiária, a história do Brasil registra inúmeras organizações de resistência no campo. Quanto à presença entre os



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

migrantes, desde o final do século XIX, as Congregações Scalabrinianas, tanto masculina como feminina, já atuavam nesse campo da mobilidade humana interna e externa.

As pastorais surgem, em geral, como um serviço de *articulação nacional* a uma série de atividades que se desenvolvem em determinada área específica. Normalmente estão relacionadas a um rosto bem definido, a uma certa categoria entre os pobres ou a um determinado quadro de abandono. Assim, como vimos, a Pastoral da Mulher Marginalizada procura acompanhar situações concretas que dizem respeito à situação da mulher; a Pastoral dos Nômades segue de perto a trajetória dos ciganos e dos trabalhadores de circos e parques de diversão; a Pastoral Operária marca presença junto às organizações de operários, acompanhando também desempregados e subempregados; a Pastoral dos Pescadores acompanha os trabalhadores que vivem da pesca... e assim por diante.

Outras pastorais nascem e/ou ganham impulso redobrado a partir de alguma Campanha da Fraternidade. A CF de 1981, por exemplo, com o lema “Saúde para todos”, conferiu novo ardor à Pastoral da Saúde e a CF de 1997, que refletiu sobre a “Fraternidade e os Encarcerados”, trouxe novo alento à Pastoral Carcerária. Já a Pastoral do Povo da Rua ganha nova força a partir do Congresso Nacional dos Catadores de Material Reciclagem, realizado na capital federal, em junho de 2001. O mesmo vale, como vimos, para a os casos da Pastoral dos Migrantes, da Pastoral da Terra. Outras nascem ou se fortalecem diante de alguma situação mais gritante, ou de alguma ação mais ampla.

Trazemos à lembrança um caso ilustrativo: as Pastorais da Criança e do Menor, por exemplo, embora tenham um grupo alvo comum, conservam realidades e objetivos distintos, o que confere a cada uma atividades bem específicas. Uma acompanha crianças e famílias carentes da gestação aos 6 anos de idade, na luta pela vida; outra, também na luta pela vida, acompanha os meninos e meninas de rua.

Numa palavra, cada Pastoral Social identifica, entre a grande massa de excluídos, um rosto concreto ou um cenário específico e passa a marcar presença em seu meio. Aí realiza suas atividades de evangelização, sensibilização, conscientização e organização social, em vista da promoção integral da pessoa humana. A partir dessa intuição inicial, da escolha de seu *carisma*, podemos dizer assim, a Pastoral passa a estruturar-se em nível paroquial, diocesano, regional e nacional – quando então pode integrar o Setor Pastoral Social da CNBB.

6. Como organizar a Pastoral Social?

A Pastoral Social organiza-se em todos os níveis eclesiais: nacional, regional, diocesano, paroquial e comunitário. A organização passa por alguns passos metodológicos, cuja seqüência não é rígida nem obrigatória. Mais importante que a regra é, sem dúvida, a criatividade e a espontaneidade locais.

O primeiro passo é *identificar quais os rostos* – categorias marginalizadas e/ou situações sociais de extrema carência – mais pobres e excluídos em todos os níveis. Para cada face da exclusão, como vimos, existe uma pastoral social específica. E se não existe, é interessante criar um serviço de presença evangélica e de atuação pastoral, o qual, com o tempo, pode vir a se tornar uma nova pastoral social. O ponto de partida de qualquer ação é uma tomada de consciência da realidade local, com atenção especial para os grupos que mais sofrem o peso da exclusão. Esta conscientização da realidade pode ser feita através de visitas pastorais, de



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

pesquisas e levantamentos ou de um trabalho científico, com assessoria de organismos apropriados. Uma leitura social bem feita desencadeará, naturalmente, um processo de organização e mobilização.

Passa-se então ao segundo passo: criação ou fortalecimento de uma *equipe de base* que acompanhe de perto essa situação específica ou categoria de pessoas marginalizadas. O conhecimento da realidade suscita agentes sensíveis à causa dos oprimidos e às exigências evangélicas. Essa equipe, como sugere o nome, é responsável pelo trabalho de base, de visita, de “formiguinha”. Marca presença nos lugares onde são identificados tais rostos. Por exemplo: equipe da Pastoral Carcerária, nos presídios; equipe da Pastoral do Menor, nas ruas; equipe da Pastoral da Terra junto aos trabalhadores rurais... e assim por diante. Tais equipes seguem de perto o cotidiano das pessoas, em suas condições de trabalho e salário, moradia, saúde, educação, etc.

A partir dessa presença e acompanhamento, o terceiro passo é desenvolver atividades de *apoio e solidariedade* aos movimentos sociais e à luta por melhores condições de vida e trabalho, o que significa uma ação lenta e persistente de conscientização, organização e mobilização. Trata-se de um processo longo que exige dedicação permanente. Neste sentido, é importante disponibilizar recursos humanos e financeiros e espaços físicos, bem como emprestar a palavra aos pobres – “tornar-se voz dos que não têm voz”. Os salões paroquiais, as rádios comunitárias, os boletins diocesanos, a liturgia, a catequese – são alguns dos espaços que podem estar a serviço dos esforços conjuntos pela transformação sócio-econômica e política.

Num quarto passo, as diversas equipes de base das pastorais específicas devem promover *encontros conjuntos* da Pastoral Social, reunindo-se com certa freqüência, seja em nível comunitário e paroquial, seja em nível diocesano e regional. Tais encontros servem para trocar experiências, traçar metas comuns e planejar atividades gerais, como por exemplo, o Grito dos Excluídos ou as Semanas Sociais Brasileiras. Nesta perspectiva, é imprescindível que cada pastoral específica esteja atenta ao calendário de eventos das demais pastorais, tais como o Dia do Trabalhador (1º de maio), o Dia de Luta da Mulher (8 de março), o Dia do Trabalhador Rural (25 de julho), e outros.

O quinto passo diz respeito à *integração* entre as pastorais. Neste caso é necessário escolher lideranças e agentes que possam encontrar-se nos diversos níveis – desde a comunidade até o regional – para coordenar as ações conjuntas. É importante que cada paróquia, cada diocese e cada regional tenha uma pessoa responsável pela Pastoral Social, a qual, por sua vez, deve criar uma equipe que a assessorie e ajude. Esta integração é responsável pela coordenação dos encontros do item anterior.

Por fim, lembramos a *articulação* com o Setor Pastoral Social da CNBB. O Setor articula o conjunto das Pastorais Sociais e Organismos através de três vias distintas mas complementares: a) realizando, em nível nacional, encontros com representantes das coordenações de cada pastoral social específica; b) procurando incentivar e estimular as diversas instâncias da Igreja – como os regionais e dioceses – para a importância e a organização da Pastoral Social; c) promovendo e coordenando, em parceria com outros atores sociais, iniciativas de âmbito nacional, como por exemplo as Semanas Sociais Brasileiras.

Todos esses passos, como veremos no capítulo 8, devem ser fortalecidos por uma espiritualidade encarnada, inculturada e libertadora. Além disso, requerem por parte dos agentes e lideranças uma formação e capacitação adequadas, seja do ponto de vista social,



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

econômico, cultural e político, seja do ponto de vista bíblico e teológico, seja, ainda, no aprofundamento da Doutrina Social da Igreja.

7. Como se integram entre si as Pastorais Sociais?

Embora cada Pastoral tenha um campo específico de atuação, o Setor tem procurado desenvolver atividades comuns. Estas têm um triplice objetivo: reforçar a incidência e a eficácia da ação social da Igreja na sociedade; conferir maior visibilidade e influência a essa ação; e unir o conjunto das Pastorais numa integração e articulação permanentes.

Aqui vale o princípio da unidade na pluralidade. Isto é, cada Pastoral têm uma tarefa intransferível junto a um setor específico da sociedade e, ao mesmo tempo, todas juntas desempenham uma tarefa comum enquanto Igreja do Brasil na sua dimensão social. O Setor Pastoral Social é o responsável para manter vivo este espaço de articulação: intercâmbio de experiências, soma de esforços e programação de atividades conjuntas. Através de encontros periódicos, o Setor garante a especificidade de cada Pastoral, por um lado, e a caminhada comum de seu conjunto, por outro.

Daí a composição do Setor: um bispo responsável por toda a ação social da Igreja, dois assessores nacionais e uma secretaria executiva na sede da CNBB. Daí também um calendário mínimo de tarefas comuns a todas as Pastorais. Daí, ainda, um trabalho permanente de visita, acompanhamento e assessoria por parte dos responsáveis do Setor.

Atividades de abrangência nacional ou regional têm contribuído para uma maior integração das Pastorais Sociais, sem que estas deixem de lado sua missão específica. Aliás, os compromissos em nível nacional passam, forçosamente, pela ação particular das Pastorais. Todo projeto global tem feições muito específicas, as quais exigem atenção especializada. A ação específica, por sua vez, ganha maior relevância quando projetada num raio mais amplo. Numa palavra, o trabalho localizado e o projeto geral se complementam e se enriquecem reciprocamente.

8. Quais os fundamentos e fontes de espiritualidade da Pastoral Social?

A Pastoral Social é uma árvore que mergulha na terra suas raízes profundas. Delas vem a seiva que alimenta sua espiritualidade. Ao longo do caminho, a ação social abriu poços onde encontra a água viva que sustenta sua caminhada. As Pastorais Específicas, que formam os ramos dessa árvore, nutrem-se do alimento que vem do chão, sobe pelo tronco, transfigura-se ao contato com a luz solar e reforça-lhe a mística libertadora.

Vejamos como João Paulo II, na *Novo Millennio Ineunte*, integra a fé o compromisso com a transformação da sociedade: “Essa vertente ético-social é uma dimensão imprescindível do testemunho cristão: há que rejeitar a tentação de uma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade, com a lógica da encarnação e, em última análise, com a própria tensão escatológica do cristianismo. Se essa tensão nos torna conscientes do caráter relativo na história, não o faz para nos desinteressarmos do dever de a construir. A tal respeito continua sempre atual o ensinamento do Concílio Vaticano II (*Gaudium et Spes*, nº 34): ‘A mensagem cristã não afasta os homens da tarefa de construir o mundo,



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

nem os leva a desatender o bem dos seus semelhantes, mas, antes, os obriga ainda mais a realizar essas atividades” (NMI, nº 52)

Passamos agora a refletir sobre algumas dessas raízes, poços à beira da estrada, onde a Pastoral Social sacia sua sede na luta por melhores condições de vida e na busca de uma sociedade alternativa ou, em termos teológicos, do Reino de Deus.

8.1. História pessoal de cada um

O que nos trouxe até aqui? A pergunta é dirigida especialmente aos agentes e lideranças da Pastoral Social. Ela é muito simples. Como viemos parar neste campo de atuação eclesial? Se olharmos nossa vida pessoal e nosso compromisso com a transformação da sociedade, veremos que nossa trajetória é carregada não apenas de alegrias e vitórias, mas também de fracassos, desânimos, cansaço e abandono. O que nos sustentou nessas horas difíceis? O que nos fez superar a sensação de impotência frente a tantos e tão grandes problemas? E as críticas, perseguições, incompreensões – como as enfrentamos?

A resposta também é simples: Alguém ou alguma coisa nos acompanhou nesta escolha nem sempre fácil. Alguém sustentou nossa opção sócio-política, apesar das fraquezas e limitações. Trata-se, portanto, de olhar nossa própria história na pastoral específica. Refletir os passos dados. E perceber a presença de Deus nos momentos decisivos de nosso caminho pessoal, comunitário e de engajamento social. Jamais estivemos sós. Trata-se de ler nossa vida à luz da fé. Ela está impregnada de luz, apesar das sombras e dos desafios. A força e a graça de Deus foram nossa companhia nas horas mais difíceis, como também nos momentos de sucesso. Na luta junto aos mais desfavorecidos, sua presença nos deu um vigor sempre novo, não obstante as pedras no caminho de quem trabalha na dimensão social.

Nossa história pessoal é simultaneamente um poço de água viva e um fundamento da ação social. Uma fonte onde podemos extrair experiências que nutrem a caminhada atual. Se Deus nos ajudou a resistir até aqui, a fé nos garante que Ele continuará a nos guiar. Deus serve-se de nossa opção pessoal para realizar sua obra libertadora.

As raízes de nossa opção remontam, muitas vezes, à família, com seus costumes e tradições, à formação ou à comunidade de onde viemos. Fé e esperança orientaram nossos passos até os dias de hoje. Herdamos e/ou desenvolvemos uma postura crítica que, nos dias atuais, serve de guia à nossa ação social. É preciso aprender a beber do próprio poço, como diz o livro de Gustavo Gutierrez. Resgatar nessa fonte os valores que, em noites escuras de nossa luta, têm servido de estrelas.

8.2. História dos pobres no Brasil

Evidente que não se trata da história oficial aprendida nas escolas. Por trás dela, com seus grandes personagens, existem milhares de rostos anônimos. Gente sofrida, expulsa da terra, perambulando pelas cidades e campos. Mas também gente forte e destemida em sua luta pela sobrevivência.

Como retomar nossa verdadeira história? Como recontá-la a partir das classes populares? Como resgatar suas lutas, seus silêncios e resistências? Como redescobrir seus valores e riquezas fundamentais? Quais as raízes de tanta tenacidade de um povo que, ensinado para repetir “sim senhor”, aprendeu a dizer “não”? Quais os valores que nos legou o povo da África, os povos ameríndios? Como resgatar a fala silenciosa e silenciada destas vozes, superadas pela cultura branca e européia?



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Temos aqui um segundo poço, onde é possível encontrar muita água viva para a caminhada dos dias de hoje. A história do Brasil é uma fonte privilegiada de resistência indígena, negra e popular. Nossa cultura, misto de raças e cores, contém tesouros inesgotáveis. Do ponto de vista da luta social, inúmeros exemplos podem nos servir de lição. E não falamos apenas dos mais relevantes – como Canudos, Palmares, Contestado e tantos outros – mas sobretudo desta teimosia diária e secular de um povo que não se deixa abater. Um povo que verga, mas não quebra; verga sob o peso da miséria e da opressão, mas é capaz de levantar do chão e partir para a luta.

Também nesta segunda fonte de espiritualidade, a presença de Deus é marcante. O povo sabe perceber essa presença em sua caminhada diária. As manifestações religiosas populares são extremamente ricas em expressões onde a presença da graça e do “milagre” se faz sentir com muita fé e muita força. Neste sentido, somos convidados a ler nossa história na perspectiva da história do Povo de Israel. Aprender com os pequenos a perceber os traços do rosto de Deus por trás das lutas pela vida.

No clamor que vem do chão, no grito sufocado dos povos empobrecidos e deixados à margem da história, encontramos outro fundamento da Pastoral Social. Ouvir esse clamor e passar a uma ação sócio-transformadora é sua maior razão de ser.

Diz o ditado que “quem sabe mais lutar melhor”! Quem conhece o próprio passado, pode fazer dele uma fonte de sabedoria e, ao mesmo tempo evitar os erros cometidos. Neste sentido, é importante reescrever a história, para que ela possa orientar os passos em direção ao futuro.

8.3. O Companheirismo

Nunca é demais perguntar: até que ponto somos efetivamente companheiros e companheiras de caminhada? Agentes e lideranças que atuam nas pastorais sociais conseguem ou não unidade nas diferenças? Somos amigos e amigas, somos fraternos? Gostamos realmente uns dos outros ou vivemos disputando espaço palmo a palmo?

“Vejam como eles se amam” – era assim que os de fora identificavam os primeiros cristãos. Podemos dizer o mesmo dos agentes e lideranças de nossas Pastorais? Outra pergunta que pode nos incomodar: como andam nossas relações entre companheiros e companheiras de caminhada? Como enfrentamos o machismo, tão identificado com nossa cultura? O povo percebe a quilômetros de distância quando as lideranças não se entendem. Quantas vezes ouvimos a seguinte acusação: vocês falam tanto de união e vivem brigando! Ser companheiro não é ter as mesmas idéias, mas construir objetivos e metas comuns. Buscar o mesmo horizonte.

O companheirismo revela a presença de Deus em nossa vida. Quando conseguimos resolver os conflitos entre nós, a ação de Deus na história terá maior eficácia. Aqui está outro fundamento da ação social e outra fonte de nossa espiritualidade. Como a água do rio corre para o mar, como o amor dedica especial atenção aos frágeis e pequenos, assim também o companheirismo busca necessariamente os mais excluídos.

O amor verdadeiro sempre transborda, irradia paz, produz vida nova e ilumina. Um verdadeiro companheirismo beneficiará, antes de mais nada, os pobres. Buscará naturalmente os que mais necessitam de uma presença libertadora. Além disso, tornará nossa atuação mais alegre, mais eficaz, e, porque não dizer, mais terna e feliz.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

8.4. Bíblia – Palavra de Deus

Antigo Testamento

Podemos partir da libertação do Egito, experiência fundante do Povo de Deus. O êxodo da escravidão para a Terra Prometida constitui um paradigma para a Pastoral Social. Deus não quer escravidão. Ele intervém na história para conduzir o povo a uma nova vida. O chamado “credo histórico” do Povo de Israel revela a ação de Deus na história (Ex 3,7-10; Dt 26,4-10). Deus se sensibiliza com o clamor dos escravos no Egito e, a partir daí, desencadeia uma ação libertadora, em que Moisés será protagonista junto com seu povo.

Também nos livros chamados históricos transparece a predileção de Deus pelos pequenos e frágeis, simbolizados na trilogia “órfão, viúva e estrangeiro”. Aqueles que a sociedade discrimina e marginaliza têm prioridade no amor infinito do Pai, como irá mostrar mais tarde a prática de Jesus.

Os profetas, por sua vez, se indignam com a situação de sofrimento do povo. Insurgem-se em nome de Deus e condenam todo tipo de opressão. Partem de quatro palavras chaves: a) *lembram* que Deus tirou o Povo do Egito e que, por isso, não se deve voltar a oprimir os irmãos (ex. livro de Oséias); *denunciam* as condições a que o povo é submetido pela ação dos soberanos, dos juizes e até dos sacerdotes (ex. Miquéias, capítulo 3); c) *anunciam* um mundo novo de paz, liberdade e justiça (ex. Isaías 65, 17ss); e d) *testemunham* a presença de um Deus libertador (ex. vida de Jeremias).

Além disso, tanto nos livros proféticos quanto nos salmos e na literatura sapiencial, são recorrentes palavras como o *direito* e a *justiça*, em que não é difícil interpretar a importância do valor fundamental que tem a dignidade humana para os filhos e filhas de Deus.

Aliás, desde o livro do Gênesis, quando Deus utiliza o símbolo do arco-íris para celebrar um pacto com o seu povo, diz literalmente o texto: “eis o sinal da aliança que instituo entre mim e vós e todos os seres vivos que estão convosco, para todas as gerações futuras” (Gn 9,12-13). O respeito à bio-diversidade e à natureza, bem como cuidado com as gerações que estão por vir é condição para garantir a vida do homem e da mulher.

Novo Testamento

Nas palavras e na prática de Jesus transparece a dimensão social de sua ação. Retomando o que vimos acima, textos como o juízo final, as bem-aventuranças, o bom samaritano, entre outros, sublinham claramente que a salvação está subordinada ao compromisso com os pobres. O episódio dos discípulos de Emaús (Lc 24,13-35), entretanto, apresenta uma certa metodologia da atuação de Jesus. A partir dele, não seria difícil desenvolver uma espécie de “pedagogia da Pastoral Social”. Vamos aos passos dessa pedagogia.

a) O Caminho

O ponto de partida é a estrada. Os discípulos estão a caminho. Vão tristes, abatidos, desanimados. A experiência com o Galileu terminou na cruz. Eles ficaram com medo e fogem. Se mataram o chefe, o que não estará reservado para nós! Trilham o caminho da fuga, do fracasso, da impotência.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Isso nos leva a perguntar pelas estradas onde caminha hoje o povo. A falta de terra, o desemprego, a luta pela saúde, pela moradia e pela sobrevivência obriga-os a um vaivém sem fim. E quando não têm condições de partir, amargam situações de extrema pobreza.

Jesus caminha com os dois. Procura conhecer a expressão de seus rostos, o tom de suas palavras a dificuldades de seus passos. Não os espera no templo ou na sinagoga, mas corre ao seu encalço. Acompanha-os em seu penoso caminhar. E atenção para a delicadeza do Mestre: faz-se *forasteiro* para poder conversar de igual para igual

Aí está o ponto de partida para cada Pastoral Social. Conhecer os caminhos por onde andam, moram e trabalham os pobres. Isso exige “perda de tempo”, visitas, trabalho de formiguinha – um verdadeiro corpo-a-corpo com o cotidiano das pessoas, grupos e categorias sociais. Exige também estudo e pesquisa, no sentido de um conhecimento mais aprofundado sobre as causas e conseqüências da exploração e da pobreza. Exige, ainda, uma presença contínua junto aos porões da sociedade. E exige, por fim, fazer-se *forasteiro* para conseguir um grau mais profundo no processo de inculturação.

Só assim será possível perceber as condições reais em que vivem e sofrem tantos rostos desfigurados, como também identificar suas alegrias e esperanças. Lágrimas e risos moram perto, diz o provérbio. Como acompanhar o povo em sua dor e em sua fé? É preciso pôr-se a caminho!

b) O encontro, o diálogo

No caminho, se dá o encontro. O diálogo desenrola-se na cadência dos passos. Trata-se de um encontro entre a vida e a Palavra de Deus. E aqui vale chamar a atenção, mais uma vez, para a delicadeza de Jesus. Primeiro deixa a vida falar. “O que vocês estão conversando pelo caminho?” Os discípulos estão tristes, precisam desabafar. Jesus dá-lhes tempo, escuta, espera. Afinal de contas, as histórias sofridas do povo estão, também elas, carregadas da Palavra de Deus.

Somente depois é que Jesus cita a Bíblia. Não impõe, mas relaciona a experiência passada do Povo de Israel com os fatos narrados. A vida leva à leitura da Palavra de Deus e esta, por sua vez, ilumina os caminhos da vida. Mas fica a lição: antes de tudo é necessário que a vida tenha espaço para se manifestar, seja no sofrimento ou na alegria.

O diálogo pressupõe também reciprocidade e respeito à alteridade. O verdadeiro encontro, aquele que faz crescer, exige nudez e transparência. E exige, diante disso, uma profunda veneração pelos valores do outro, enquanto pessoa, grupo, povo ou cultura. No coração de toda pessoa humana e no coração de toda cultura encontramos sementes do verbo. No encontro, podemos fazer desabrochar as sementes, para a construção de uma sociedade justa.

Promover encontros é abrir poços. Eis aí o segundo passo dessa pedagogia do Mestre. Abrir poços onde a água e a sede de cada um possam se encontrar. Isso é condição para o crescimento. Eis a tarefa para as Pastorais Sociais: promover encontros onde o povo trabalha, sofre e caminha. Descobrir o que atrapalha e impede a vida. E, à luz da Palavra de Deus, buscar soluções em conjunto.

c) O convite

Jesus faz que vai adiante. Os discípulos o convidam para entrar. Constata-se novamente a delicadeza encoberta: no fundo, o convite parte do Mestre. Ele é que toma a iniciativa. Tem o



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

tempo livre. Meu tempo é do Pai, e se é do Pai, é dos pobres. Coloca-se à disposição. Se me convidarem, eu fico. “Estou à porta e bato. Se alguém ouvir minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele comigo”, diz outra passagem bíblica (Ap 3,20).

Hoje as Igrejas estão de portas escancaradas. Mas, onde estão os pobres, os mais excluídos? Por que não se aproximam e entram? O que os impede de chegar mais perto? Quando as portas abertas da Igreja não são mais um convite para o pobre entrar, então temos de nos tornar *convites vivos* pelas ruas, becos, calçadas, praças, campos, favelas, lixões, cortiços, enfim, por onde ele “se esconde”. As Pastorais Sociais têm de criar pés. Se o povo não vem à Igreja, a Igreja tem de ir até ele. Só assim podemos romper nossos círculos fechados e alargar o raio de nossa atuação. Marcar presença nos lugares mais distantes e insólitos, mais frios e sórdidos.

Além disso, abrir espaço nas dependências da Igreja para reuniões, encontros, assembléias de categorias que lutam por seus direitos básicos. Ceder espaço, tempo e apoio. Favorecer suas organizações e movimentos, de forma a sentirem que Deus nos criou para uma vida digna e humana. Ceder espaço também nos jornais, boletins e em todos os veículos de comunicação eclesiais. Tornar-se voz dos que não têm voz, para que possam enfrentar aqueles que os oprimem. Ajudar os pobres a conquistarem também seu espaço: físico, eclesial e político.

Neste sentido, as Pastorais Sociais têm muitas vezes de ultrapassar as fronteiras das paróquias e dioceses. A extrema mobilidade geográfica dos trabalhadores e suas famílias exige serviços pastorais mais ágeis, flexíveis, volantes que marquem presença, simultaneamente, em lugares distantes e diferenciados. Evidente que isto questiona a estrutura burocrática e jurídica das circunscrições eclesiais, sobretudo no que diz respeito ao acesso aos sacramentos.

Tornar-se *convite vivo*, enquanto agente de pastoral ou entidade e organismo, constitui o terceiro passo desse caminho de Jesus. O excluído sentir-se-á Igreja quanto esta estiver a seu lado, livre e pobre para entrar em sua casa.

d) A casa

A casa é a roupa da família ou de um grupo que se ama. Uma família sem casa é como uma pessoa despida. Obrigada a expor em praça pública sua intimidade mais secreta. A nudez exposta é uma ferida aberta. Impossível manter a dignidade humana nestas condições. Jesus entra na casa dos discípulos, revestindo, com sua presença, o interior desse templo sagrado da família e do amor. A casa reveste a nudez do amor, dando-lhe condições materiais para defender-se das agressões. O amor é frágil como uma flor. O teto e as paredes o protegem das tempestades e intempéries.

Por outro lado, cada Pastoral Social pode tornar-se uma “casa” onde um determinado grupo encontra sentido para a vida, novos amigos, companheiros de caminhada. Unidos e organizados, passam a defender seus direitos e a buscar melhores condições de vida. A “casa”, neste sentido, pode converter-se em espaço de encontro e de mobilização.

Por outro lado cada vez que, como agentes da pastoral social, entramos na casa de alguém, uma luz se acende, por menor que seja. Quer queiramos ou não, com nossas fraquezas e limitações, somos mensageiros da Palavra de Deus. Nossa presença, para os moradores da casa, que muitas vezes é um barraco ou coisa ainda mais precária, traz ânimo e



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

esperança. Infelizmente, nem sempre nos damos conta disso, dedicando pouco tempo às visitas, ao trabalho de base, de “formiguinha”.

Abrigo e ponto de apoio para a luta, a Pastoral Social, ao mesmo tempo que marca presença na casa do povo, pode transformar-se também numa “casa” como espaço de organização. Já no início do cristianismo, a comunidade cristã torna-se uma casa para os que estavam “dispersos” e não tinham lugar, como noz diz São Pedro em sua primeira carta.

e) A porta

Para quem experimenta a exclusão social, a porta é fronteira, limite. Do lado de dentro encontram-se os incluídos, do lado de fora os excluídos. As portas permanecem fechadas, hermeticamente cerradas. Revelam um medo oculto por trás de sua tranqüila aparência. Isolam os de fora e os de dentro, o calor e o frio, os que têm lugar e os que estão condenados ao relento. “Quando passava pela rua, as portas se fechavam e os cães latiam”, diz Charles Dickens, pela boca de *David Cooperfield*, menino abandonado nas ruas de Londres.

Sistemas de segurança cada vez mais sofisticados tornam as portas crescentemente intransponíveis. Separam dois mundos que, em geral, não se conhecem. Coexistem como vizinhos estranhos e até inimigos. O metal ou a madeira das portas, ou mesmo o vidro, não são elementos neutros. Muitas vezes agredem com hostilidade quem ousa aproximar-se. E se os intrusos insistem, as portas se transformam em grades, com lanças afiadas, guardadas por cães ferozes ou policiais armados. As portas protegem casas e condomínios que mais parecem fortalezas.

O vão de uma porta pode converter-se em um lugar para dormir. Cama provisória, disputada, ao abrigo da chuva. Mas é preciso dormir, a bem dizer, “com um olho aberto”. Caso contrário, pode-se acordar com o impacto de um pontapé, de um berro ou de um balde de água fria. Por trás da porta há sempre alguém que se diz dono. Toda porta guarda a propriedade privada. E aí de quem violar esse sagrado templo do capitalismo.

Jesus Cristo é a porta do Reino de Deus, “a porta do redil”. Nesta porta, “os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos”. Na perspectiva evangélica, a Pastoral Social pode tornar-se, então, uma porta para a comunidade cristã, sendo esta, por sua vez, a casa dos que não têm vez nem voz. Diante de tantas portas fechadas, a ação pastoral específica abre um novo caminho, uma nova possibilidade, o acesso a uma nova família.

O Reino de Deus é uma casa cujas portas estão abertas a todos e todas. O próprio Deus faz da cidade a sua “tenda” e vem morar com os homens: “Ele habitará com eles; eles serão o seu povo, e Ele, Deus-com-eles, será o seu Deus” (Ap 21,3). Mais do que isso, Ele vem ao nosso encontro e se faz hóspede em nossa casa: “Eis que estou à porta e bato. Se alguém ouvir minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele comigo” (Ap 3,20).

Diferentemente de quem se isola por trás de tantas portas fechadas, o povo pobre e excluído, por circunstâncias óbvias, está muito mais aberto a essa presença de Deus à porta.

f) A Mesa

Mesa, encontro, partilha, altar, eucaristia – palavras correspondentes. Jesus é reconhecido ao partir o pão. Gesto simbólico que o identificava imediatamente. O ressuscitado se revela aos discípulos. Uma vez mais, o pão é o alimento da vida. Na mesa, o pão alimenta nosso corpo, ao mesmo tempo que a presença do outro/a alimenta nossa vida. A presença dos amigos é o melhor tempero para a comida. Quanto mais profunda a relação que une os que se



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

sentam à mesa e quanto mais pessoas estiverem reunidas na refeição, mais saborosos serão os alimentos distribuídos.

A mesa eucarística é um ponto de chegada e um ponto de partida. Ponto de chegada, porque celebra os passos dados no esforço para eucaristizar todas as relações humanas; ponto de partida, porque os esforços pela eucaristização têm de continuar. Eucaristizar é repartir o que está acumulado em poucas mãos. Tudo o que se acumula apodrece. Não há tesouro imune às traças. Ao mesmo tempo que celebra, a eucaristia interroga. Onde estão os outros? Por que nem todos foram convidados à mesa? Pior ainda, por que aqueles que prepararam o pão não estão ao redor da mesa? Celebramos o *já* e nos perguntamos pelo *ainda não*. Já chegamos até aqui, mas ainda não alcançamos o horizonte do projeto de Deus.

Enquanto a eucaristização dos frutos do trabalho do homem e da mulher não for completa, as Pastorais Sociais não terão descanso. Eucaristizar a terra e seu produto, as oportunidades de trabalho, os bens econômicos, as relações políticas, comunitárias, familiares e pessoais – eis a tarefa!

A eucaristia alimenta na medida em que nos fortalece e nos impele à ação. Ação pela partilha, pela confraternização, pelo banquete em que ninguém será excluído. A mesa, quando vivida em sua plenitude, questiona profundamente os sistemas de acumulação e exclusão social. Nela não há lugar para o individualismo, o consumismo e o hedonismo. Ao redor da mesa/altar todos somos iguais, enquanto filhos e filhas do mesmo Pai.

Na mesa, como vimos, o tempero da comida é a presença dos amigos. O alimento será tanto mais saboroso quanto mais profunda a relação que nos une. Na eucaristia, igualmente, quanto mais íntima a relação com Deus e com os irmãos, em termos de partilha, igualdade e justiça, mais o Corpo do Senhor nutre nossa caminhada e nossa luta. Além do mais, a sintonia com Deus e com o outro intensifica a descoberta de si mesmo. A eucaristia realiza esse tríplice encontro. E, ao mesmo tempo, nos dá força e nos impele para a eucaristização total, em termos de relações humanas e em termos de equidade na distribuição do fruto do trabalho de homens e mulheres.

g) A Missão

Os discípulos refazem o caminho de volta a Jerusalém. Entretanto, não é mais o medo e a frustração que os move. Um novo ardor como que põe asas em seus pés. “Não ardia nosso coração enquanto Ele nos falava!” Correm para testemunhar o que viram. Superam as dificuldades do início. O encontro com o Ressuscitado renovou-lhes o vigor. Nada mais os deterá na missão, nem o martírio.

A luta das Pastorais Sociais é árdua. Muitas vezes o preço é a perseguição e a morte. Incompreensões e rejeição fazem parte do dia-a-dia. Isto sem falar dos fracassos, das frustrações e da sensação de impotência frente aos poderes do mal e do sistema de morte. Outras vezes, é o cansaço e o desânimo que nos abate, devido sobretudo à sobrecarga de atividades. Na verdade, são poucos os que se aventuram por esse caminho, embora o trabalho seja imenso.

Como vencer tantos obstáculos? Se não formos capazes de um verdadeiro companheirismo entre nós, como vimos acima, e de encontros freqüentes com o Ressuscitado, será difícil renovar as forças. Como regressaremos à Jerusalém de hoje, aos presídios, às ruas, aos campos, aos prostíbulos, às portas de fábrica, aos caminhos onde está



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

o povo? Como voltaremos a anunciar a Boa Nova aos pobres? A oração e a Eucaristia são fontes de água viva que nos nutrem para um renovado ardor missionário.

No seguimento de Jesus, as primeiras comunidades cristãs celebram o Ressuscitado na oração e na partilha do pão. Os cristãos têm um carinho especial para com os pobres. Ao reavivarem a memória viva do Mestre, voltam os olhos para as condições sociais de seus irmãos. Não os deixam passar fome nem qualquer necessidade. Socorrem os que estão à beira da estrada. A fé em Jesus de Nazaré tem exigências bem concretas na vida dos batizados (At 2,42ss).

8.5. Doutrina Social da Igreja

Outro fundamento da Pastoral Social é a Doutrina Social da Igreja (DSI). Na *Novo Millennio Ineunte*, o Papa afirma que “é conhecido o esforço que o Magistério eclesial tem realizado, sobretudo no século XX, para ler a realidade social à luz do Evangelho e oferecer de forma cada vez mais concreta e orgânica o seu contributo para a solução da questão social, hoje alargada à escala planetária” (NMI, nº 52).

A reflexão sobre os princípios da DSI – fonte privilegiada de espiritualidade da ação sócio-política – será objeto de outra cartilha que já está sendo elaborada. Nestas páginas, entretanto, vale a pena chamar a atenção para a importância deste tesouro às vezes desconhecido, herança de uma caminhada de séculos.

Desde Leão XIII, que inaugura a DSI com a *Rerum Novarum* em 1891, até João Paulo II que, cem anos depois, publica *Centesimus Annus*, passando por Pio XI e Pio XII, João XXIII e Paulo VI – os ensinamentos da Igreja têm com insistência chamado a atenção para as condições reais dos trabalhadores, especialmente os mais abandonados.

A chamada “questão social” torna-se tema recorrente nos documentos pontifícios. Implícita ou explicitamente, todos os pontífices passam a se preocupar com a realidade de determinados setores da população, em especial os operários, camponeses, refugiados políticos e econômicos, crianças carentes, migrantes. Preocupam-se também com determinadas situações escandalosas, de ordem econômica, social, política e cultural.

Entretanto, um dos marcos mais decisivos para toda a Igreja em geral e, em especial, para a Pastoral Social foi, sem dúvida, o Concílio Vaticano II. Seu espírito de abertura aos desafios do mundo moderno conduziu a Igreja a uma maior sintonia com o clamor dos excluídos. A Igreja abre portas e janelas para ouvir seus gritos e, com isso, desencadeia inúmeras e variadas iniciativas de caráter sócio-político. Amplia-se extraordinariamente o leque de atividades voltadas para a promoção humana e a solidariedade com os povos do Terceiro Mundo. No continente latino-americano, o clima de abertura do Concílio se traduz nos documentos de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992) – os quais, repetimos, serão objeto de estudo da próxima cartilha.

Por enquanto, é bom não perder de vista o espírito do Concílio e sua intuição de dialogar com os desafios contemporâneos. Baste-nos, para isso, lembrar duas citações do documento conciliar que viria a se tornar a Carta Magna da Pastoral Social. Estamos falando da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje. A frase de abertura diz que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS, nº 01). Estas palavras expressam a



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

atmosfera de todo o Concílio, que representou um verdadeiro processo de abertura para com o pensamento e a realidade da sociedade moderna.

Um pouco mais adiante o texto afirma que “o gênero humano encontra-se hoje em uma fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao universo inteiro” (GS, nº 04). Dessas mudanças surgem desafios novos que exigem novas respostas. Daí a necessidade de maior sintonia com as coordenadas históricas do mundo atual. Um dos grandes desafios é o agravamento das injustiças sociais, da desigualdade entre ricos e pobres, da acumulação de capital, da falta de trabalho e da exclusão social.

Em nível de América Latina, é bom não perder de vista a sensibilidade da Igreja para com os rostos mais desfigurados pela exclusão social. Dizem os bispos: “Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela:

- feições de *crianças*, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis, que as acompanharão por toda a vida; *crianças abandonadas* e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família;
- feições de *jovens*, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e ocupação;
- feições de *indígenas* e, com freqüência, também de *afro-americanos*, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres;
- feições de *camponeses*, que, como grupo social, vivem relegados em quase todo o nosso continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram;
- feições de *operários*, com freqüência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos;
- feições de *subempregados e desempregados*, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos;
- feições de *marginalizados e amontoados* das nossas cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais;
- feições de *anciãos* cada dia mais numerosos, freqüentemente postos à margem da sociedade do progresso, que prescinde das pessoas que não produzem” (Doc. De Puebla, nº 31-39).

“Ao desregular indiscriminadamente o mercado, eliminar partes importantes da legislação trabalhista e despedir empregados, ao reduzir os gastos sociais que protegem as famílias dos trabalhadores, foram ainda mais aumentadas as distâncias na sociedade.

Temos de aumentar a lista dos rostos sofridos que já havíamos assinalado em Puebla (cf. 31-39), todos eles desfigurados pela fome, aterrorizados pela violência, envelhecidos por condições de vida infra-humanas, angustiados pela sobrevivência familiar. O Senhor nos pede que saibamos descobrir seu próprio rosto nos rostos sofridos dos irmãos” (Doc. Santo Domingo, nº 179)



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Estar atenta a esses rostos e clamores atuais é dever da Igreja como um todo e, em particular, papel da Pastoral Social. Constitui tarefa inerente à sua identidade e função. A partir de tais desafios, por um lado, e da fé em Jesus Cristo, por outro, nutrem-se as Pastorais Sociais em sua mística libertadora. E partem para a missão de promover integralmente “o homem todo e todos os homens”, no dizer de Paulo VI. Mas tudo isso, a seu tempo, será devidamente aprofundado.

8.6. Testemunhas Históricas

Desde o martírio dos primeiros cristãos e, mais ainda, desde os tempos mais remotos da tradição bíblica, numerosos homens e mulheres têm dado a vida para defender os ideais da justiça, da igualdade e do bem comum. Por outro lado, poderíamos elencar aqui vários pessoas que, ao longo da história, dentro ou fora do cristianismo ou de qualquer religião, derramaram seu sangue na luta em favor dos pobres.

No campo do catolicismo, muitos foram reconhecidas pela Igreja e, posteriormente, considerados santos e santas. Outros, testemunhas anônimas, sequer chegaram a ser lembradas. Hoje, na América Latina e no Brasil, com ou sem reconhecimento oficial, alguns nomes ressurgem de nossa memória histórica, como mártires que tombaram defendendo os excluídos e indefesos.

A existência desses testemunhos constituem uma fonte inesgotável de água viva. Suas obras e seus exemplos alimentam nossa luta na construção de uma sociedade justa e fraterna. Não seria difícil citar muitos casos, mas preferimos deixar a lembrança deles para cada Pastoral e Organismo, ou para os movimentos sociais em sua luta por formas alternativas de sociedade.

8.7. A Utopia

O sonho faz parte de nossa vida, quer em termos pessoais, quer do ponto de vista coletivo. Sonhamos quando dormimos e, ainda mais, quando estamos acordados. O ato de sonhar alimenta a esperança em dias melhores e nos fazem caminhar com redobrado ânimo. Os sonhos constituem o horizonte da caminhada. São eles que orientam seus passos.

Na tradição bíblica, dois sonhos se cruzam numa única promessa: a busca da Terra Prometida e a numerosa descendência dos filhos de Israel. Um depende do outro. Ou seja, o crescimento do povo está vinculado à posse e uso da terra, de onde tira o pão. Os profetas também exprimem seu grande sonho de justiça, simbolizado no “Dia de Javé”. Vale a pena verificar como Isaías, poeticamente, o descreve (Is 65, 17-25), afirmando que “os homens construirão casas e as habitarão, plantarão videiras e comerão seus frutos” (v. 21). A utopia de Jesus é o Reino de Deus, eixo vertebral de todo o Evangelho. O último livro da Bíblia chama a atenção para a criação de “um novo céu e uma nova terra” (Ap 21,1).

Outros povos, culturas e tradições nos legaram igualmente seus sonhos. Escritores, filósofos e estudiosos também deixaram na história diferentes imagens de uma utopia que insiste em acompanhar o caminho da humanidade. Podemos terminar fazendo alusão ao desejo dos povos indígenas no Brasil, em seus esforços pela “busca da terra sem males”.

No momento atual, em que predomina a hegemonia do chamado “pensamento único”, onde a economia de mercado de mãos dadas com a filosofia neoliberal condena milhões à exclusão social, é preciso manter viva a utopia. Manter acesa a chama da esperança em



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

tempos melhores. E mais, tornar concreto o sonho daqueles que ficaram à margem da vida e da história. Resgatar na tradição judaico-cristã, em outras culturas e religiões e na evolução do pensamento humanitário as sementes da utopia, a qual se torna para nós um farol que em meio à tempestade aponta o porto seguro.

8.8. Sintonia com a Natureza e o Meio ambiente

O universo revela traços do Deus criador. Mas o planeta devastado representa o projeto de Deus ameaçado. Ameaça que paira sobre a vida nas suas mais diversas formas. Os cientistas não se cansam de alertar para os riscos de uma hecatombe gigantesca, em que os seres vivos não teriam condições de sobreviver. A qualidade das águas, do ar e das matas, cada vez mais deterioradas são um espelho vivo da ameaça que pesa sobre nossas cabeças. A utilização indiscriminada e predatória dos recursos naturais certamente compromete a sustentabilidade do planeta e a vida das gerações futuras. O famoso “buraco de ozônio” e a elevação da temperatura no continente antártico são, entre outros, dois riscos dos quais nada e ninguém escapa.

O caso da água é sintomático. É um recurso que alimenta a vida em todas as suas formas. O uso irracional deste bem, indispensável à sobrevivência de todos os seres vivos, preocupa seriamente muitas pessoas, entidades e organismos. Além disso, já começou uma luta surda, e às vezes aberta e rumorosa, pelo monopólio da água potável. Como desenvolver uma nova consciência sobre o uso adequado e justo dos bens naturais? Em relação à água, por exemplo, como evitar a contaminação e, ao mesmo tempo, estender a todos seus benefícios, de forma eqüitativa? Eis o grande desafio. O respeito à bio-diversidade, a saúde do planeta terra e as gerações futuras exigem de nós uma tomada de posição.

Torna-se urgente rever o processo civilizatório em sua totalidade. O cuidado e preservação da natureza e da vida em suas diferentes formas é condição de sobrevivência não só do planeta, mas da própria humanidade. Ou salvamos o meio ambiente, a “casa” que herdamos do Criador, ou perecemos sepultados sob suas ruínas.

Uma nova civilização requer uma relação diferente com a natureza. Mais do que nunca, temos de pensar numa economia solidária, sustentável e sem exclusão social, onde os recursos da terra sejam eqüitativamente distribuídos. O projeto neoliberal sacrifica a natureza, as mais variadas formas de vida e a força de trabalho, em seu afã de crescer a qualquer custo. A ética e até as pessoas estão subordinadas à sede de lucros. Somos dominados, nós e o planeta, pelas bolsas de valores, pela cotação do dólar e pelos senhores do setor financeiro internacional – FMI e Banco Mundial.

Um novo projeto, solidário, justo e sustentável, terá um toque marcadamente feminino. A civilização ocidental dos últimos séculos constitui um processo fortemente masculinizado. Os homens, mais que as mulheres, têm estado à frente de seu desenvolvimento e implantação. Nessa presença masculina predomina a relação de exploração, seja dos recursos naturais, seja da vida em suas diversas manifestações, seja do trabalho humano e animal. Essa forma de se relacionar com as coisas e com os seres vivos compromete seriamente as gerações futuras.

A mulher tende a desenvolver uma relação distinta, em que predomina o cuidado com a vida, com as coisas e com os seres que estão para vir ao mundo. Na experiência de gerar a vida em seu ventre, ela se predispõe não tanto à exploração do ambiente, mas a um trato mais



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

criteroso com tudo o que a cerca. A preservação da vida adquire importância essencial. Não se trata de aproveitar todas as potencialidades da natureza e da vida, mas de buscar uma convivência de mútuo respeito, uma coexistência pacífica, onde todos saem ganhando. Daí a importância do toque feminino na construção de um projeto alternativo para a civilização como um todo.

9. Quais os principais eventos da Pastoral Social?

Já tomamos conhecimento, no capítulo 4, do trabalho específico de cada pastoral e organismo. Neste item, queremos destacar algumas atividades que dizem respeito ao conjunto de todas as pastorais, e que são coordenadas pelo Setor Pastoral Social. Embora a atuação da Pastoral Social no Brasil seja tão antiga quanto a própria Igreja, limitaremos nossa visão retrospectiva à década de 1990. Esta década foi marcada por três iniciativas fundamentais: as Semanas Sociais Brasileiras, o Grito dos Excluídos e a Campanha Jubileu 2000. A partir delas, desenvolveram-se inúmeras atividades que trazem alguma luz para entender o trabalho específico da transformação social.

9.1. Semanas Sociais Brasileiras (SSB's)

Nos últimos dez anos, realizaram-se três Semanas Sociais. A primeira, em 1991, tinha como pano de fundo a celebração dos cem anos da *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Por isso, colocou em pauta o tema “*O Mundo do Trabalho e as Novas Tecnologias*”, destacando, como impactos imediatos do avanço tecnológico e de outros fatores, a precarização das relações de trabalho, o desemprego em massa e a exclusão social.

A Segunda Semana Social, em 1993-4, refletiu sobre a necessidade de pensar um projeto alternativo para o país. Com o tema “*Brasil: Alternativas e Protagonistas*”, os debates giraram em torno de propostas para o Brasil que queremos. O encontro nacional, realizado em 1994, foi precedido de encontros regionais preparatórios, no ano anterior. Foi uma tentativa de levar adiante um processo cumulativo e participativo de reflexão, em busca da construção de um projeto popular.

A terceira Semana Social Brasileira, entre os anos de 1997 a 1999, representou um período de debates que durou três anos. A iniciativa procurou concretizar o triênio de preparação ao Grande Jubileu do ano 2000. Tinha como tema: “*O Resgate das Dívidas Sociais*”. O primeiro ano, 1997, foram realizadas cerca de 120 encontros locais, municipais ou diocesanas, com o objetivo de identificar as principais dívidas sociais do país. O ano seguinte foi reservado ao encontro nacional, em que se procurou aprofundar as causas e conseqüências dessas dívidas. Em 1999, por fim, realizaram-se os encontros regionais, com vistas a retomar aquelas dívidas e buscar soluções concretas para as mesmas. Ao todo, o processo envolveu mais de 1500 pessoas.

No decorrer da 3ª SSB, ficou evidente a relação entre dívidas sociais e dívida externa. Numa palavra, quanto mais se avoluma o endividamento externo, crescem e se aprofundam na mesma proporção as dívidas com relação à reforma agrária e agrícola, à habitação, à saúde, à educação, aos transportes, ao lazer e tantas outras. Cresce igualmente a exclusão social de amplos setores da população. Nessa perspectiva, realizou-se em 1998 um Simpósio da Dívida Externa e, um ano depois, o Tribunal da Dívida Externa. Daí é que nasceu a idéia de efetivar em 2000, ano do Grande Jubileu de Jesus Cristo, o Plebiscito Nacional da Dívida Externa, como veremos adiante.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

9.2. Grito dos Excluídos

O Grito dos Excluídos nasceu em 1995. Tratava-se, inicialmente, de um desdobramento da Campanha da Fraternidade do mesmo ano, cujo tema era “*A Fraternidade e os Excluídos*”. A partir de então, a iniciativa vem ganhando força e se repete a cada ano, na data de 7 de setembro, Dia Nacional da Independência.

Constitui, antes de tudo, um grito de protesto. Os movimentos sociais, entidades, organizações de base e igrejas cristãs protestam contra uma independência que, historicamente, se revelou apenas formal, uma independência de fachada. O país continua economicamente dependente das decisões e exigências do mercado financeiro internacional, capitaneado pelo FMI e Banco Mundial. A filosofia neoliberal comanda o modelo sócio-político-econômico. Desencadeia-se, assim, um novo estado de barbárie, em que os mais fortes submetem e excluem os mais fracos e indefesos.

O Grito dos Excluídos convida à criatividade. Por todo território nacional, milhares de iniciativas – romarias, celebrações especiais, atos públicos, caminhadas, debates, comemorações alternativas – marcam o dia 7 de setembro. Ao lado das festas e desfiles oficiais, os excluídos saem às ruas para denunciar um modelo de subordinação aos interesses do capital financeiro, nacional e internacional. Hoje, tanto na mídia como na sociedade civil, o Grito dos Excluídos já se incorporou às celebrações do 7 de setembro. É impossível falar da Independência sem uma referência à luta dos excluídos. O Grito se impôs como parte do calendário nacional.

A partir de 1999, por outro lado, a iniciativa ultrapassa as fronteiras do Brasil. Passa a realizar-se em vários países da América Latina e, no ano 2000, é marcado por uma manifestação na Assembléia das Nações Unidas, em New York, Estados Unidos. Atualmente, tanto o Grito Nacional como o Grito Continental mobilizam milhares de pessoas, num protesto popular e profundo ao modelo único de sociedade, ao mesmo tempo que procuram apontar os caminhos de uma nova civilização.

9.3. Campanha Jubileu 2000

Como vimos acima, a realização do plebiscito constitui uma decorrência natural dos debates em torno das dívidas sociais e da dívida externa. Significou o instrumento concreto e adequado da Campanha Jubileu 2000. Com base num processo de reflexão de três anos, chegou-se à conclusão de que era necessário estender o debate às camadas mais amplas da população brasileira. Era necessário levar a discussão às bases. Começou-se, então, no segundo semestre de 1999, a organizar o plebiscito.

Foi criada uma coordenação nacional, formada por várias entidades da sociedade civil, e uma secretaria executiva, com sede na Conferência Episcopal (CNBB). A partir daí, organizaram-se coordenações estaduais e comitês locais por todo o país. Em janeiro e fevereiro, consolidou-se a coordenação, os objetivos e o programa do pleito; março e abril de 2000 foram dedicados à sensibilização e conscientização das igrejas, movimentos e entidades; maio e junho, foi o tempo de elaboração e divulgação de material popular, com vistas ao trabalho de base; em julho e agosto, a campanha literalmente saiu às ruas e campos; de 2 a 7 de setembro, por fim, foi o período da votação, o qual culminou com o Grito dos Excluídos.

Levando em conta que o pleito era livre e espontâneo, os resultados finais da participação popular revelaram números realmente espantosos, superando todas as



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

expectativas. Cerca de 130 mil pessoas trabalharam voluntariamente durante a votação. A campanha se estendeu por todos os estados brasileiros, atingindo nada menos de 3.444 municípios. Foram espalhadas mais de 53 mil urnas em igrejas, sindicatos, escolas, repartições públicas, praças, ruas, etc. Ao todo, compareceram às urnas 6.030.329 pessoas, das quais, 94% se manifestaram contrárias à política de subserviência ao FMI, por um lado, e favoráveis à realização de uma auditoria pública da dívida externa, por outro. A iniciativa envolveu cerca de 50 entidades em nível nacional e, em nível local e regional, outras centenas.

Em síntese, o plebiscito representou uma das atividades mais marcantes da história recente das lutas e organizações sociais no Brasil. Significou um verdadeiro exercício de cidadania, colocando em prática um processo de educação política amplo e popular. Vale lembrar que tudo se realizou em plena Semana da Pátria, enriquecendo o significado político da Independência Brasileira. Do ponto de vista do envolvimento da sociedade civil organizada, representou uma das mobilizações mais expressivas das últimas décadas.

10. Quais as Lições da Década de 90

As atividades acima fizeram da década de 90 um longo processo de aprendizagem e de educação política. Revelaram também as implicações e compromissos sociais da fé cristã. Vale a pena sublinhar alguns aspectos mais importantes.

10.1. Integração e Articulação

Em nível interno da Igreja, podemos destacar a integração crescente entre as várias pastorais sociais. Além disso, verifica-se uma articulação cada vez maior com os demais setores, pastorais e dimensões da Igreja, como também com as dioceses, paróquias e comunidades. Abre-se sempre mais a possibilidade de ações combinadas, no sentido de concretizar o espírito de uma pastoral “orgânica e de conjunto”.

O espaço do Setor tem servido para ampliar e consolidar essa integração e articulação. Várias iniciativas são promovidas em comum, o que, por outro lado, fortalece a influência e a eficácia da ação pastoral na sociedade civil.

10.2. O Leque de Parcerias

Em nível externo, para fora da Igreja, ao longo da década, o leque de parcerias não parou de crescer. Se, a princípio, a direção das atividades estava a cargo do Setor Pastoral Social da CNBB, como a 1ª SSB, por exemplo, aos poucos outras entidades começaram a integrar a coordenação nacional. Inicialmente as pastorais sociais e Cáritas Nacional responsabilizavam-se por toda a organização. Com o correr dos anos, os sujeitos foram se ampliando.

Já na 2ª SSB e no Grito dos Excluídos, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço, respectivamente, CONIC e CESE, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central dos Movimentos Populares (CMP) tiveram participação ativa na organização.

Depois, a partir da 3ª SSB, do Simpósio, do Tribunal e do Plebiscito da Dívida Externa, outros atores sociais passaram a fazer parte da articulação geral. Destacam-se, entre outros,



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

entidades sindicais, como Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Federação dos Economistas e Engenheiros, União Nacional dos Estudantes (UNE); organizações não governamentais, como o Programa de Desenvolvimento do Cone Sul (PACS); setores do poder executivo e judiciário, como a Associação Nacional dos Juizes Federais (AJUFE) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); partidos políticos de esquerda, como PT, PSB, PC do B e outros. Isso em nível nacional. Em nível local e regional, numerosas entidades e movimentos participaram ativamente das atividades.

10.3. A metodologia

Neste item, vale destacar a participação popular e o envolvimento das organizações de base. A 3ª SSB e o Grito dos Excluídos são exemplos notórios. No caso da 3ª SSB, procurou-se construir uma compreensão da realidade *a partir de baixo*. Os grupos de base identificavam as dívidas sociais, as quais, num segundo momento, eram avaliadas e estudadas por cientistas sociais. Deu-se grande importância à palavra que vinha do chão, às múltiplas e diversificadas experiências.

Quanto ao Grito dos Excluídos, embora haja uma coordenação nacional, os grupos locais têm ampla autonomia. Com isso, desenvolve-se a criatividade e a riqueza cultural das diversas regiões do país. Ao mesmo tempo que se prepara um grande evento nacional, multiplicam-se infinitas manifestações locais. Por outro lado, em décadas anteriores, dificilmente conseguiu-se ver tantos e tão diversos parceiros trabalhando juntos. Podemos falar, efetivamente, em um grande “mutirão nacional”. Apesar das diferenças, foi possível unir esforços em ações conjuntas. Daí o caráter amplo, plural, aberto, democrático, ecumênico e participativo das iniciativas descritas.

10.4. A participação popular

O exemplo a ser destacado neste parágrafo é, sem dúvida, o plebiscito. Milhares de grupos, por todo o território nacional, desenvolveram debates nas bases; formaram comitês locais; solicitaram ou improvisaram urnas; organizaram os mesários, fiscais e voluntários para a votação; colheram e contaram os votos. A rede capilar costurada pela campanha do plebiscito expressa a enorme adesão popular a essa iniciativa. O povo mostrou seu descontentamento com o modelo adotado pelas elites. A mobilização se espalhou por todo o país e envolveu as mais diferenciadas organizações. Distintos atores se juntaram para questionar profundamente os destinos da nação. O plebiscito representou, simultaneamente, um não e um sim. Não ao neoliberalismo excludente, sim a um projeto popular que incluía a todos.

A participação popular foi tão intensa, que as elites nacionais, o governo e a grande imprensa passaram abertamente ao ataque. Primeiro, tentaram descaracterizar a iniciativa, atribuindo-a, como sempre, a grupos minoritários e baderneiros; depois, começaram a acusar de caloteiros e irresponsáveis os organizações do pleito; por fim, quando se deram conta que o plebiscito havia tocado uma corda sensível da população, insinuaram que a Igreja e as esquerdas não entendiam nada de economia e que a dívida externa era um problema equacionado. Equacionado para quem? – perguntávamos nós! Não para os desempregados, sem terra, sem teto, analfabetos e outras categorias de excluídos – seguramente!

10.5. O protagonismo dos Excluídos



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Em todas essas atividades, a reflexão cresce a partir das bases. Os atores sociais são predominantemente os empobrecidos, operários, camponeses, migrantes, mulheres – enfim rostos concretos de representantes das camadas populares. Nos atos públicos, celebrações e em todos os eventos, procura-se respeitar a primazia dos atores reais da história. As manifestações do dia do Grito e demais eventos, por exemplo, não são palco para políticos e personalidades. A palavra pertence, em primeiro lugar, aos verdadeiros sujeitos: os excluídos. São eles, por outro lado, que decidem sobre a programação e o desenrolar dos acontecimentos.

Vale acrescentar que o protagonismo dos excluídos caminha lado a lado com o protagonismo dos leigos, especialmente as mulheres. São elas, aliás, as mais ativas e presentes nas lutas e movimentos sociais.

10.6. Inserção sócio-política

As atividades promovidas pelo Setor Pastoral Social da CNBB procuram desenvolver canais reais de participação popular. Além disso, é fundamental relacionar a ação localizada com uma visão global, ou seja, as pequenas iniciativas comunitárias com a construção de um projeto alternativo para o país. No fundo, a ação social busca manter viva a “opção pelos pobres”, herança de Medellín, Puebla e Santo Domingo. Complementa, no dia a dia das comunidades de base, as dimensões vertical e horizontal da fé. Em outras palavras, o seguimento de Jesus tem desdobramentos sócio-políticos intransferíveis. Se rezamos “Pai Nosso”, é necessário partilhar o “Pão Nosso”.

10.7. Ecumenismo e diálogo inter-religioso

Tanto nos escritos de João Paulo II, quanto nas conclusões das assembleias do CELAM e nas iniciativas da Igreja no Brasil, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso constituem marca registrada. No caso da Pastoral Social, essa abertura às demais Igrejas cristãs e a outras denominações religiosas costuma ocorrer através de esforços conjuntos na realização de atividades concretas. O que, aliás, ficou demonstrado pela participação do CONIC e CESE, por exemplo, em vários eventos já descritos.

O Setor Pastoral Social e suas respectivas pastorais específicas e organismos procuram, entre seus parceiros e atores sociais distintos, sublinhar a importância de manter as portas sempre abertas aos mais diferentes caminhos de busca pessoal e coletiva. A fé, esperança e caridade/solidariedade, a libertação sócio-política, a realização pessoal, o sentido da vida e a resposta salvífica ao Plano de Deus – dimensões fundamentais da vida humana – não são monopólio de ninguém nem de nenhuma Igreja em particular, mas resultado de uma estrada aberta à participação do maior número de pessoas.

11. Quais as perspectivas para os próximos anos?

Entre as atividades permanentes do Setor Pastoral Social para os próximos anos, especialmente no período relativo ao 16º Plano Bial (2002-2004), podemos destacar as que seguem:



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

- Acompanhar o calendário de cada Pastoral Social e Organismo (assembleias, congressos, atividades principais), ao mesmo tempo que cada uma das Pastorais Sociais procura marcar presença junto aos respectivos setores da sociedade;
- Manter e ampliar a assessoria e acompanhamento regular no que diz respeito à dimensão sócio-transformadora, Setor Pastoral Social, seja em nível de pastorais específicas, seja em nível dos regionais e dioceses;
- Prosseguir com as reuniões dos representantes das Pastorais Sociais e Organismos (uma em cada semestre), como espaço de partilha, intercâmbio de experiências e organização de atividades conjuntas;
- Continuar participando na equipe de elaboração da Análise de Conjuntura da CEP – Comissão Episcopal de Pastoral e do CP – Conselho Permanente, como também da Assembléia Geral da CNBB;
- Integrar a coordenação nacional do Grito dos Excluídos, em nível nacional e continental, juntamente com outras entidades, movimentos e igrejas da sociedade civil organizada;
- Estimular Encontros Regionais da Pastoral Social, buscando maior integração e articulação entre as pastorais, em nível regional. Na medida do possível, o Setor marcará presença nesses encontros;
- Elaborar e publicar subsídios que alimentem o estudo e a reflexão na Pastoral Social, com vistas a uma atuação mais eficaz;
- Participar na Campanha Jubileu Sul – Brasil, integrada por várias entidades, movimentos e igrejas, a qual dá continuidade aos debates e atividades em torno do tema da dívida externa e interna. Trata-se de levar adiante a reflexão desencadeada pela organização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, que mobilizou mais de seis milhões de pessoas;
- Marcar presença no espaço inaugurado pelo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2001, e que deverá se repetir em outras ocasiões;
- Promover espaços de intercâmbio em nível nacional, dando prosseguimento à reflexão feita no I Encontro Nacional da Pastoral Social, realizado na cidade de São Paulo, em outubro de 2000.
- Continuar a reflexão em torno das Semanas Sociais, particularmente na organização da Quarta Semana Social Brasileira, cujo processo deve iniciar em 2003.

CONCLUSÃO



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Esta cartilha vem à luz no ano em que a Igreja propõe o Livro dos Atos dos Apóstolos para a reflexão de nossa caminhada. Esse retrato das primeiras comunidades cristãs constitui, para nós hoje, o testemunho vivo de uma Igreja que espelha a comunhão, estende a mão solidária aos pobres e defende a justiça.

Em sintonia com o projeto Ser Igreja no Nono Milênio, a Pastoral Social procura concretizar em ações sociais a dimensão sócio-transformadora do mesmo, dando continuidade ao Projeto Rumo ao Novo Milênio. Uma leitura dos Atos dos Apóstolos sob o enfoque sócio-político, ainda que superficial, coloca em evidência o compromisso das primeiras comunidades cristãs para com os mais necessitados.

O testemunho vivenciado pelos primeiros cristãos tem implicações diretas para a prática social nos dias de hoje. Nessa ótica, a pergunta fundamental é: como ser igreja no novo milênio, voltando uma atenção especial aos abandonados à beira dos caminhos e da vida? Como traduzir o espírito dos Atos dos Apóstolos em atividades que conduzam a uma transformação real das estruturas sociais injustas? Num milênio que se inicia com uma exclusão social crescente, como aprofundar um serviço de transformação para a busca de uma sociedade que inclua a todos e todas?

Os Atos dos Apóstolos ajudam a ler a realidade dos dias de hoje, identificar os novos desafios e construir juntos alternativas, as quais possam melhorar o nível de vida da população e, ao mesmo tempo, contribuir na construção de um modelo sustentável, solidário e justo de uma nova civilização.

Podemos terminar estas páginas fazendo nossas as palavras de João Paulo II, na carta apostólica *Novo Millennio Ineunte*, comentando o episódio do Juízo Final (Mt 25,35-36): “a caridade abre-se, por sua natureza, ao serviço universal, frutificando no compromisso de um amor ativo e concreto a cada ser humano”. E mais, “se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-lo sobretudo no rosto daqueles com quem ele mesmo se quis identificar” (NMI, nº 49).

Em nosso ponto final, repetimos a pergunta do Papa, a qual está no coração de cada um de nós e no conjunto das Pastorais Sociais: “Como é possível que ainda hoje, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde se abrigar?” (NMI, nº 50).

Setor Pastoral Social da CNBB

Brasília/DF, julho de 2001